

BRASIL MULHER

Ano 1

1976

nº 3

Devemos jogar
nossas pílulas fora?
(pag 6 e 7)

O ideal de
"La Cecilia" cercado
de segredos
(págs 10 e 11)

Discussão do custo de vida
na boca de 4 mil pessoas
(leia na pag 8 e 9)

Criaturas
de Paula Sanchez
(pag 15)

Preço
do exemplar
Cr\$ 5,00

Foto: Chico Rezende



Expediente

Conselho Editorial

Joana Lopes
Lais Oreb
Lila Figueiredo
Marina D'Andréa
Rosana de Lourdes Silva
Rose Mary Souza Serra
Therezinha Godoy Zerbine

Diretora Responsável

Lais Oreb

Editora

Joana Lopes

Equipe de Redação

Branca Therezinha Ferrari
Elizabeth Lorenzotti
Giulia Di Vizia
Marina D'Andrea
Setsuko Hanazaki
Vassiliki Constantinidon

Colaboradores

Beatriz do Valle Bargieri
Maria de Lourdes Leite
Maria Cecília Pires de Sá
Maria José de Azevedo

Tania

Pesquisa

Rosane de Lourdes Silva

Ilustração

Lila Figueiredo

Fotografia

Chico Rezende

Arte

João Esteves e Ana Farto

Paris - correspondente Linda Bulik. Esta publicação é de propriedade da Sociedade Brasil Mulher Sede e redação - Av. Inglaterra 655 - Caixa Postal 1411 Londrina-Pr Tiragem 5.000 exemplares.

A reprodução das matérias contidas em Brasil Mulher será permitida mediante autorização prévia do Conselho Editorial. Serviços de arte, composição e impressão Editora Tibagi Ltda.

Av. Tiradentes, 1.280 - Fone: 23-1230 - Londrina - Paraná.

BRASIL MULHER

Lugar de mulher é em casa. Este conceito, fruto da divisão social do trabalho anterior à industrialização, sofreria um abalo profundo com o desenvolvimento tecnológico. Entretanto, a mulher continuou fazendo o serviço doméstico. Na verdade, a administração do lar e a socialização dos filhos é usada para especificar uma função "digna" na sociedade, quando as perspectivas econômicas fecham as possibilidades de oferecer emprego a toda mão-de-obra existente no mercado.

A função feminina fora do lar começa a crescer justamente quando o desenvolvimento industrial passa a exigir mão-de-obra em grande escala. (Paul Singer, "Força de trabalho e emprego no Brasil" - Cadernos CEBRAP).

No Brasil, essa participação se faz sentir mais intensamente a partir de 1950, quando a abertura de um grande número de indústrias provoca o desenvolvimento dos grandes centros, e a consequente procura de mão-de-obra que se concentrava no campo.

Quando novamente o mercado fecha as perspectivas de emprego, revelando-se incapaz de absorver a oferta, cai a taxa de ocupação feminina. É claro que o desenvolvimento significa um fator decisivo para aumentar a participação da mulher na produção, mas esse crescimento foi proporcional ao aumento das ofertas de trabalho trazidas pelo progresso. Tomada em suas reais dimensões, essa participação apenas aumentou ligeiramente em relação à expansão constante do mercado.

O trabalho feminino, entretanto, não pode ser ligado exclusivamente a fatores econômicos. O próprio papel da mulher no meio social, ligado ao "núcleo familiar", condicionou sua participação aos serviços domésticos. Sua posição permitiu, quando muito, o

ingresso em empregos chamados "tipicamente femininos".

Assim, a maior parte das mulheres que trabalham fora de casa é encontrada em serviços domésticos ou, quando é exigida maior escolaridade, elas estão entre as professoras, enfermeiras, comerciárias e em serviço de escritório. Na indústria, ela é escolhida para o setor têxtil, lembrança de suas atividades manufatureiras exercidas em casa. Isto quer dizer que sua participação se dá, frequentemente, em atividades ligadas à família, em tarefas destinadas a produzir diretamente os artigos de consumo essenciais à manutenção da casa.

Para muitas mulheres, o grande emprego é o casamento. Ser dona de casa ainda representa "subir na vida", não ter problemas econômicos, enfim, não precisar trabalhar na luta pelo ganha-pão, onde a concorrência com o homem é bem grande. Essa atitude se reflete em sua conduta no trabalho: a mulher não briga por salários melhores, posições melhores, não reivindica, não briga pelos seus direitos. Mas a partir do momento em que esta situação está se aclarando para um número crescente de mulheres em todo o mundo, elas estão se reunindo para, em grupos, analisar sua situação na sociedade de classe e tomarem medidas que provoquem sua participação criativa. Desta tomada de posição e dos questionamentos que possa provocar, não teremos pela frente um longo tempo a enfrentar para que soluções sejam postas em prática. Não é mais possível minimizar a atuação e a participação das mulheres, principalmente nos países chamados de Terceiro Mundo, onde a carência a que estão submetidas suas populações necessita, para ser superada, da intervenção das mulheres, seja no campo das relações de trabalho, seja na organização política.

BRASIL MULHER



BRASIL MULHER



Carta das mães da periferia de São Paulo enviada ao Presidente da República, aos senadores, deputados federais e estaduais, ao Governador, ao prefeito e vereadores de São Paulo, a outras autoridades e ao povo em geral.

"Somos mães de família em desespero e mais do que ninguém sentimos os preços dos alimentos, remédios, escola, roupas, sapatos, condução e aluguel de casa. Estamos cansadas dessa exploração."

Há muitas crianças por aí mal alimentadas, por isso fracas, sem poder estudar, por causa da alta do custo de vida, do salário baixo e da falta de vagas nas escolas.

Sendo o ANO INTERNACIONAL DA MULHER, nós, mulheres de São Paulo, nos unimos e fizemos uma pesquisa sobre o custo de vida, porque esse é um dos principais problemas do povo brasileiro.

O resultado de 2.000 pesquisas feitas por nós mostrou que, nos bairros onde moramos, as famílias têm pouco mais de 5 pessoas em média, sendo que duas trabalham e ganham juntas Cr\$ 1.688,53 por mês. Só com a comida, gás e sabão, a família gasta Cr\$ 992,29. Com o que sobra, temos que pagar roupa, casa, condução, remédios, material de limpeza e escola. Desse jeito não dá mesmo.

O salário é apertado e o custo de vida sobe sem parar. De agosto de 1974 até agosto de 1975, só a comida subiu 49%. Para conseguir sobreviver, o pai de família é obrigado a trabalhar quase dia e noite, faz muitas horas extras e quase não vê os filhos. Também a mãe trabalha. Muitas crianças em idade escolar têm que fazer biscoitos como: carro de feira, engraxar sapatos, vender bugigangas nas ruas em vez de ir à escola. Isso tudo está prejudicando as nossas famílias.

Por isso resolvemos lembrar as autoridades para controlar o au-

mento do custo de vida e aumentar o salário de acordo com as necessidades das famílias dos trabalhadores.

Para aguentar essa situação, nós mulheres precisamos trabalhar, mas não temos creches para deixar nossos filhos. Eles ficam trancados em casa, se queimando, se machucando, comendo sujeira, ou soltos na rua, sem nenhuma proteção, correndo o risco de serem marginais. E, olha, não é por falta de procurar. Sabemos que em alguns bairros, já têm creches da Prefeitura. Em muitos outros, vários grupos de mães já tentaram, por todos os meios possíveis, conseguir creches, sem nenhum resultado.

Por tudo isso, nós, junto com nossos maridos e todas as pessoas que participam conosco desta preocupação, reivindicamos: controle do custo de vida, melhores salários, creches e escolas para nossos filhos.

N. R.
(Esta carta foi elaborada em novembro de 1975, mas divulgada somente no dia 20 de junho de 1976, por ocasião da realização da Assembléia sobre Custo de Vida, na periferia de São Paulo, acompanhada de 19 mil assinaturas.)

BRASIL MULHER



BRASIL MULHER



Como será o próximo número? Ele depende unicamente de você

Eleições um novo Teste

Em novembro,
as eleições municipais estarão se realizando.
Que importância tem essas eleições
para a população?
Quais as expectativas
com relação a 1976?
A mulher votará baseando-se
em seu envolvimento emocional,
acomodando-se ou de forma mais participante?

As eleições estão chegando. Aproxima-se uma oportunidade em que o povo vai exercer o direito político do voto, que constitui uma das características do "ser cidadão". Os direitos civis como a liberdade de opinião, imprensa, pensamento, fé e justiça e os direitos sociais, como o direito ao bem estar econômico que garante uma existência digna, constituem a razão do exercício do voto como uma das práticas políticas. O voto é a forma através da qual o povo tem possibilidade de manifestar sua aprovação ou descontentamento em relação ao governo.

Bolívar Lamounier, sociólogo do CEBRAP e professor da PUC diz que as eleições municipais de 76, no quadro geral do processo político brasileiro, têm importância de âmbito nacional, na medida em que representam mais ou menos um teste em relação às eleições de 1974. "O MDB ganhou as eleições por simbolizar oposição à política sócio-econômica do governo, oposição ao regime, ou sua vitória foi um acaso? Além do que, os problemas municipais como esgoto, saúde, luz, educação, etc., no Brasil são tão grandes e atingem praticamente todos os municípios, que chegam a ser problemas nacionais".

Lamounier acrescenta que "as eleições de 74 deixaram bem claro que muitas coisas haviam mudado nas bases populares. O aumento das populações urbanas seria uma delas. Os trabalhadores assalariados do campo, ao deixarem as fazendas e passarem a residir nas cidades, provocaram uma mudança qualitativa do eleitorado, na medida em que os moradores das fazendas geralmente estavam sob o controle dos fazendeiros. Com isso, ocorreram também alterações na dependência do voto rural. Consequentemente as previsões quanto às eleições se tornam relativas".

Em 1962 o MDB, um partido de orientação trabalhista, de maior eleitorado urbano, ultrapassava os partidos conservadores como a UDN, mas conseguiu eleger apenas 2 candidatos a menos que o PSD. Na época, um Estado com 3 milhões de habitantes elegia 20 deputados, enquanto um Estado com 6 milhões de habitantes elegia 32 deputados. Dessa forma, o voto dos eleitores dos grandes centros urbanos pesava menos que o voto dos eleitores das áreas rurais, onde a dependência às oligarquias e seu controle sobre o eleitor do campo era maior. Até 1962, segundo o sociólogo Gláucio Soares, as elites políticas das regiões menos desenvolvidas do país tinham tal força que conseguiram impedir que mais de 200 projetos de reforma agrária chegassem à sanção presidencial.

Na década de 60, o rápido processo de industrialização traz aos principais centros urbanos uma parcela cada vez maior da população rural, que passa a se integrar no processo produtivo. As classes populares, participando um pouco mais do processo político, passam a reivindicar maior igualdade social. As lideranças populistas, por sua vez, necessitando do apoio dessas camadas da população, acenam com as reformas. Grupos das classes dominantes, sentindo que as reformas poderiam abalar seus interesses se unem tentando colocar sob controle todos os canais de participação popular.

O processo eleitoral muda, então, de feição. Institui-se após 64 as eleições indiretas para presidente e governadores, restando ao povo apenas a escolha dos membros do Parlamento e dos prefeitos e, ainda assim, só nos municípios não considerados áreas de segurança nacional. Com a eliminação dos partidos existentes e a instituição do sistema bi-partidário, após 65, a participação política da população toma um rumo diferente, limitando-se à aprovação da política oficial pelo seu voto ao partido situacionista ou à manifestação de seu descontentamento dando seu voto à oposição, sem outra alternativa.

A luta pelo direito de voto

As regras eleitorais se alteram na História do Brasil de acordo com os interesses das classes no poder. Na época do Império, o requisito para que alguém pudesse exercer seu direito de voto, era a apresentação do comprovante de uma elevada renda. Em 1881 o analfabeto é proibido de votar. Assim milhões de brasileiros foram excluídos do processo eleitoral, o que significa, em nossos dias, quase que 50% da população brasileira.

A partir de 1932 ampliaram-se as bases eleitorais com a extensão do voto à mulher, a alguns setores militares que anteriormente não podiam

votar, e com a diminuição do limite de idade do eleitor para 18 anos, processo esse suscitado no período de 1937 a 1945 com a implantação do Estado Novo por Getúlio Vargas. Esse período ditadura foi marcado por prisões de opositores do regime, pela implantação da censura aos meios de comunicação, pela suspensão das eleições e a nomeação de interventores para todos os estados da Federação.

Mulher e voto

Embora a mulher tivesse o direito de voto desde 1932, ela passa a participar mais ativamente da política no Brasil a partir da década de 60, quando começa a mudar a composição do emprego feminino. Acentua-se a presença da mulher nas profissões liberais, nos setores modernos de produção, nas fábricas, etc. E a partir dessa mudança na composição do trabalho da mulher que ela passa a ter interesses a defender, e a participar do processo político.

— Não existe diferença entre voto feminino e masculino — diz Bolívar Lamounier. A distinção que se faz é a distinção de classe.

Segundo o professor, o voto feminino, ao lado do voto de jovens, deu praticamente a vitória ao MDB em 1974. "Nesse ano — prossegue Bolívar — a tendência das mulheres das classes mais baixas foi votar na oposição, e a das classes mais altas na situação".

Normalmente elas votam em quem o namorado ou marido ou o noivo vota. Dona Meire, uma dona de casa da classe média, mineira, residente em São Paulo, afirma que não votou em 74 porque seu título é de Minas, mas, se tivesse votado, claro que seria no MDB. A família de minha mãe é do MDB, meu avô morria pelo MDB. Eu tenho uma tia que era casada com um arenista, mas porque meu avô era emedebista, ela só votava no MDB. Quando meu avô morreu, ela passou então a apoiar a ARENA.

Os argumentos de que o voto feminino é irracional, aleatório, não são inteiramente justos. As mulheres também tem posição clara a respeito. Mulheres da periferia de São Paulo, falando sobre as eleições de 74 e o que esperavam das eleições de 76, afirmaram:

— Em 74 tínhamos esperanças de que alguns problemas seriam resolvidos. Hoje a situação está pior. Agora não sei se a gente pode ter esperanças. Eles fazem brigas entre eles e a gente aqui é que sofre. Os deputados prometem e não cumprem. Por exemplo, prometeram creches para

as mães que trabalham e não têm onde deixar os filhos. Até hoje não temos creches. Não está no poder deles cumprir, eles mesmos não estão sentindo as coisas na pele. O MDB não tem poder de decisão. Eles estão amarrados. Acho que quem teria poder de decidir seriam os governadores, mas pra começar a gente nem vota mais, nem escolhe mais! Os partidos fazem tudo para nos cativar para ganharem votos. Como a nossa situação é muito precária, a gente aproveita a oportunidade para conseguir umas poucas coisas, antes das eleições, porque depois...

"Ele prometeu sapatos e calças..."

Os interesses que movem as eleições municipais são um pouco diferentes daqueles das eleições legislativas.

Nas eleições municipais, espera-se eleger alguém que vá obter junto aos poderes estaduais e federais, verbas para as soluções dos problemas imediatos da comunidade, como luz, esgotos, etc. São os interesses imediatos que estão em primeiro plano, e que acabam levando aos resultados finais das eleições. Verena Martinez Alier e Armando Boito Junior, professores da Universidade de Campinas, ilustram isso em seu artigo "Esxada e Voto" (1974): "Um trabalhador (bóia fria) que havia decidido a ARENA como "o partido dos ricos", indicava como melhor prefeito um político deste partido. "Para prefeito tem de votar nele" — dizia. Ele é muito bom". Quando retrucaram que o prefeito era da ARENA, o trabalhador não titubeou: "Mas é muito bom. Ele prometeu sapatos e calças e eu votava nele, e deu depois". O caráter de manipulação nas eleições municipais é, portanto, maior.

A campanha de 1976 já teve início. Como em todas as campanhas eleitorais nos últimos anos, de um lado, há o partido do governo, mais favorecido, evidentemente, e de outro lado, o partido, oposicionista, do governo, com maiores dificuldades.

Segundo as expectativas dos comentaristas políticos, pesquisadores e ibopes, a ARENA deve ganhar em número de municípios e o MDB em número de votos. Mas, o que significa ganhar as eleições de 1976?

Lembrar-se que, como em 74, "votar não era questão de se estar pró ou contra um dado partido — segundo o sociólogo Carlos Estevam Martins — mas de ser pró ou contra um sistema dado, uma vez que a vida do sistema era a morte dos partidos?"



Os fatos estão aí

Vancouver: discussão sobre Assentamentos Humanos

Realizou-se em Vancouver, no Canadá, no mês de junho, a HABITAT - Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos. A reunião foi uma tentativa de busca de soluções para os problemas de assentamentos humanos, ou seja, problemas ligados à superpopulação, à poluição nas grandes cidades, a deficiência de habitações, à falta de tecnologias próprias em cada país, crescimento desordenado das cidades, deterioração do nível de qualidade de vida em certas partes do mundo.

Participaram da reunião, além dos dois mil delegados das representações oficiais dos países participantes, cerca de três mil participantes do Forum Habitat - conferência não oficial que se realizou paralelamente à da ONU. Os membros desse segundo grupo constituído por intelectuais e cientistas de todo o mundo formaram o "Simposio de Vancouver" para pressionar as delegações oficiais a adotarem resoluções mais adequadas à solução dos problemas levantados. O arquiteto mexicano, Eduardo Terrazas, membro desse grupo alertou: "os países do terceiro mundo devem tomar muito cuidado: aqui em Vancouver, durante a Habitat pode ser lançada a pedra fundamental de um novo e rendoso tipo de indústria, a indústria da ajuda. Nela os fabricantes seriam os países altamente industrializados e os clientes seriam os países em desenvolvimento como o Brasil".

O arquiteto assinalou ainda o perigo para os países subdesenvolvidos de que os países desenvolvidos se convençam de que são especialistas em soluções para o terceiro mundo acarretando com isso, futuramente, uma invasão de tais "especialistas", particularmente na América Latina, gente que na verdade não conhece nada dos problemas dessa área. Para Terrazas, o tratamento dado ao problema dos assentamentos humanos é paternalista. "Estamos apenas vendo

como podemos dar a mais gente, mais casas, mais energia, mais alimentos mais tudo. Eu acho que deveríamos nos preocupar é em ver o que está impedindo essa gente de ter acesso àqueles benefícios. Partir para a descoberta desses impedimentos é uma nova maneira de ver os problemas. E muito menos paternalista, porque se retirarmos os impedimentos, as pessoas, por si só, vão buscar as melhorias que querem e da maneira como querem para utilizar o seu arbitrio". Para ele o problema essencial dos assentamentos humanos está nas zonas rurais. O grande desafio é a ruralização do urbano, isto é, criar estrutura de pequenos locais rurais onde as pessoas possam ter todos os benefícios que um centro urbano pode ter.

Ele considera o urbano e o rural como "maneira de ser" dizendo que a "sociedade tecnocrática industrial está agredindo há mais de um século o conceito rural, até o converter em algo altamente indesejável. Esta agressão foi o resultado inevitável do modo industrial de produzir, que requer concentração. O urbano pois é o estilo de vida da sociedade de consumo".

Sobre a América Latina, especificamente, os documentos técnicos e comunicados apresentados durante a reunião foram unânimes em apresentar a região como uma das áreas mais críticas do mundo em termos de baixa qualidade de vida, nível precário das habitações, baixa qualidade dos serviços urbanos e da assistência médica, além da deterioração rápida das cidades. Uma das informações apresentadas foi a de que a totalidade das populações latino-

americanas, no seu conjunto, vive em apenas 0,40 por cento das terras disponíveis; o acúmulo de gente num pequeno espaço produz, inevitavelmente, uma quantidade enorme de consequências negativas como a marginalidade, a tensão e epidemias. A epidemia de meningite que atingiu São Paulo, no ano passado, foi apontada por técnicos da Organização Mundial da Saúde

como uma consequência da concentração urbana desordenada, da falta de condições sanitárias e outros problemas. As concentrações das populações nas grandes cidades latino-americanas estão relacionadas a vários fatores, entre os quais ao movimento migratório interno das áreas rurais para as cidades que, combinado à má qualidade de vida em geral, assume um aspecto muito grave.

Durante a reunião, as delegações oficiais do Terceiro Mundo apresentaram um documento político levantando três aspectos básicos: a) o reconhecimento do direito de cada país de controlar os investimentos estrangeiros, especialmente as atividades das empresas multinacionais a que atuam em seus territórios; b) a assinatura de acordos sobre desarmamento nuclear; c) transferência dos recursos aos países do terceiro Mundo para melhorar as condições de vida de suas populações; d) condenação a todo tipo de racismo e discriminação de acordo com as resoluções da ONU sobre o assunto.

Escritoras Imortais?

O reexame do artigo 17, do regimento interno da Academia Brasileira de Letras, que impede o ingresso de mulheres na casa, será pedido pelo escritor Genolino Amado. Amado é da opinião que, atualmente, há muitas escritoras que poderiam ser "imortais", entre elas: Diná Silveira de Queiroz, Raquel de Queiroz, Lygia Fagundes Teles e Clarice Lispector. Amado também lembrou que quando a ABL foi fundada em 1897, a posição da mulher dificultava sua projeção na vida intelectual. "Assim era de se compreender que apenas os homens entrassem para a academia, mas hoje isso já não é mais possível, pois elas ocupam até chefias de governos" (O Est. S. Paulo).

Festival Internacional. E o Nacional?

A respeito do II Festival Internacional de Teatro, promovido pela empresária Ruth Escobar, as críticas e os elogios foram muitos. Plínio Marcos não concorda com um festival que tem até financiamento do governo - pois segundo ele - é esse mesmo governo que mantém engavetadas cerca de 450

peças de autores nacionais, inclusive as premiadas pelo Serviço Nacional de Teatro. Para Leilah Assumpção nos também temos boas peças. "Somos um país jovem, com mais sangue. Condições não nos faltam: temos autores, diretores, atores e se a censura deixasse, poderíamos virar a mesa". (JT).

O que é preciso para ser uma potência?

Segundo Oliveiros Ferreira, editor chefe do jornal O Estado de São Paulo, para se realizar o projeto do BRASIL-POTÊNCIA, a questão crucial é o efetivo militar brasileiro. "Em 1970, nosso poder militar era zero. hoje 150 mil homens compõem as três armas. Deses, quantos são profissionais? Os fuzileiros e os para-queixas, apenas. Nesse compasso, não se pode fazer a guerra e, se não há condições para intervir e isto é o que define uma potência, então não se é uma potência".

Outra dúvida de Oliveiros: porque o Brasil não assumiu o papel de potência apesar de ter população, PNB, território, consumo de energia e de aço? Através de algumas considerações chegou ao que considera fundamental as relações entre a sociedade civil e Estado. "Tudo começou aproximadamente há dez anos, quando me preocupei com um fenômeno muito curioso: porque uma série de movimentos políticos de 1945 para cá não arregimentou a massa? O único movimento de manifestação de rua foi a morte de Getúlio Vargas em 1954. E isso me faz pensar que o Brasil não se organiza, não se mobiliza: assim foi na questão do petróleo, no janiismo, na derubada da ditadura do Estado Novo. Mas, uma vez atingido o objetivo imediato, todos voltam para suas casas" (Revista Bannas)

Morreu Hermilo Borba Filho

"Há um ano Hermilo Borba Filho participava do Conselho Editorial do nosso jornal. Desde então, já tinha precário o seu estado de saúde. Mas esse fato não abateu seu espírito caído nas batalhas pelos ideais de justiça e de liberdade. Deixa para todos aqueles que estão ao seu lado na luta pelas liberdades democráticas, pela independência nacional e pela elevação da vida cultural e material uma lacuna irreparável". Esta foi a nota divulgada pelo jornal MOVIMENTO sobre a morte do escritor e jornalista Hermilo, ocorrida em Recife, Pernambuco. Hermilo batalhava pela arte popular, fundamentada na dramaturgia nordestina que deveria ser consumida pelo povo e não só por quem pudesse pagar ingresso para entrar no teatro.

ABC das eleições

Os bispos do Ceará começaram a distribuir em todas as igrejas do Estado o manual "ABC das eleições" destinado a esclarecer os católicos sobre o voto das eleições de novembro. A política - destaca o manual - é também um serviço cristão e um serviço fraterno indispensável. É necessário que o povo de Deus pense sobre vários assuntos: seca, enchentes, e tantos outros. Não será bom fazer o mesmo com as eleições? O povo diz que o analfabeto é cego de espírito porque depende dos outros até mesmo para fazer um bilhete. Se nós aprendermos o alfabeto das eleições, não votaremos às cegas e não escolheremos os nossos candidatos no escuro". Ao citar o artigo 302 da lei eleitoral, o livreto também adverte: "curral é para bicho bruto. Com gente é diferente. Patrão não pode obrigar a votar nesse ou naquele candidato. A mesma coisa é o político oferecer comida de graça ou transporte coletivo pelo voto do eleitor. (Est. de S. Paulo).

Consciência Tranquila

No mês de junho foi criado o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) de 1 bilhão de dólares, única consequência da Conferência Mundial Sobre Alimentos, promovida em 1974 pela FAO. Em torno da questão, as agências internacionais de notícias e departamentos especializados em relações públicas fizeram enorme alarde, pois para quem dá o dinheiro é sempre interessante que todos saibam os objetivos do programa em desenvolvimento do que esperar os resultados práticos para dizer alguma coisa. Esta atitude tem o dom de aplacar as consciências, porém conforme esclarece o artigo publicado no O Estado de São Paulo, assinado por NM, "a exaltação paternalista da ajuda concorre para manter encobertas pelo menos duas verdades inquietantes para a paz de consciência dos países ricos: 1- Os países pobres não são famintos por incapacidade, determinismo ou fatalidade - 2- A fome atual não é o resultado de suposta insuficiência na capacidade mundial de produção de alimentos, que seria superada num estágio mais avançado do desenvolvimento global, quando o volume da riqueza mundial, medido em termos absolutos, for duas, dez, ou duzentas vezes maior que o atual".

Entre a fome e o emprego

"Não aconteceu nada aqui. Ela ficou pendurada pelas mãos e não morreu" Com essas palavras a patroa de Maria Luisa (empregada doméstica de 18 anos que ficou dependurada no 11º andar de um edifício, quando ia limpar os vidros do apartamento) tentou afastar os curiosos. Quando indagada sobre a falta de segurança no trabalho da doméstica, ela respondeu: "Pago um bom salário. E está acabado." Por sua vez a empregada diz: "se não faço isso, perco o emprego e morro de fome. Por isso prefiro correr o risco de morrer caindo do alto do edifício". (Folha de São Paulo).

Desenvolvimento mortífero
Diante das recentes declarações do ministro da Previdência Social, Nascimento e Silva, de que os acidentes de trabalho deveriam ser entendidos como consequência natural do desenvolvimento do país, o superintendente da Associação Brasileira de Prevenção de Acidentes, Joaquim Junqueira, afirmou: "não podemos concordar que para desenvolver seja necessário matar ou lesar trabalhadores. Isso representa a negação total da capacidade técnica do Brasil em corrigir as causas que levam a essa lamentável situação de acidentes de trabalho" (JT).



OEA examina Direitos Humanos

A Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos - OEA - que se reuniu em junho, no Chile, incluiu no temário de debates, um capítulo sobre direitos humanos. A reunião se constituiu em um questionamento permanente sobre os direitos humanos, no próprio país anfitrião. A Venezuela advertiu que "não transigiria quanto ao seu projeto de resolução que faz um chamado ao Chile para assegurar a plena vigência dos direitos humanos. Mas, os debates ultrapassaram os salões da conferência, com a divulgação do documento dos advogados chilenos que confirma o informe sobre o Chile apresentado pela CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos - que entre outras coisas denuncia: prisões arbitrárias, perseguições e torturas no Chile e ainda acusa o governo militar de perpetuar a repressão. (JT).

Direitos x Lanterna

O líder da Arena, José Bonifácio, apontou o Brasil "como o único país do mundo que respeita rigorosamente os direitos humanos e informou que os direitos humanos são uma das conquistas mais respeitáveis da era moderna. O Brasil não pode deixar de se enfileirar entre os que acatam os direitos humanos. Infelizmente, estou procurando até hoje, com a lanterna de Diógenes, um país que os respeite mais do que o Brasil. Países como os da cortina de ferro, a Inglaterra, a França e os Estados Unidos, não os respeitam. Os direitos humanos são como uma espécie de dez mandamentos, que todos lêem e ninguém respeita. Se os cumpríssemos, não precisava de padre para confessar". (Est. S. Paulo)

As multinacionais, e o obscurantismo

Dois diretores da empresa "Saab Scania do Brasil" pediram ao governo a proibição do livro "Cartéis e Desnacionalização", onde há referências a empresa. Segundo o próprio autor do livro, o jornalista Moniz Bandeira, "essa atitude insólita e abusiva comprova, uma vez mais, que são as multinacionais, as maiores interessadas na censura e repressão, criando autêntico clima de obscurantismo político e cultural no país. Em carta enviada ao presidente da ABI - Associação Brasileira de Imprensa, o escritor ressalta que: "caso a medida venha a ser concretizada ou algo me aconteça, fica consignada a responsabilidade da firma Saab Scania do Brasil. (Jornal da Tarde).



Superdotado e a Ordem Social

O general João Bina Machado, ex-comandante da Escola Superior de Guerra, revelou uma preocupação do governo, durante o I Fórum de Previdência Social, em relação aos superdotados: "os jovens de inteligência acima do normal interessam de perto à segurança nacional, porque são desajustados e transformam-se em subversivos se não tiverem tratamento especial (O Est. S. Paulo).

Falou Doracy

O I Seminário das Sociedades do Sub-distrito de Vila Prudente foi organizado pelo Conselho das Sociedades de Amigos de Bairros, Vilas e Cidades do Estado de São Paulo e apoiado pela Secretaria dos Negócios Metropolitanos. A reunião contou com a presença de Pêrsio Carvalho Junqueira, assessor do Secretário dos Negócios Metropolitanos e agora secretário do Conselho Estadual de Proteção ao Consumidor, que expôs os objetivos e a estrutura do novo órgão. As exposições técnicas e demoradas não conseguiram motivar os habitantes da periferia e o ambiente começava a cair na monotonia das reuniões oficiais, quando levantou-se e pediu a palavra D. Doracy Vicente de Moura, da Associação Feminina da Vila Alpina. Ela, de maneira clara, simples, direta, e com voz agressiva e dizendo "sou dona de casa, mãe e esposa de operário" descreveu de modo veemente os problemas da falta do leite, de sua má qualidade, da má qualidade das refeições dos operários nas grandes firmas, e do incontrolável aumento do custo de vida. Segundo a notícia dada pelo Jornal da Tarde, um dos presidentes de sociedade amigos de bairro "que até então vinha fazendo amenos apertes às declarações oficiais, confessou ao vizinho que Doracy dissera o que "todos gostariam mas não podiam".

A falta de leite

"A falta de leite é uma vergonha e esta conversa de entressafra e prejuízos é fiada". Foi para combater vergonha como esta que me alistei como motorista voluntário na Revolução de 64. Tenho até documentos lá em casa, para quem quiser ver e agora volta tudo isso outra vez". E foi com esse desabafo que Gregório, motorista aposentado, morador na Casa Verde, reclamou da falta de leite e segundo um articulista econômico do Jornal da Tarde, o drama do leite será novamente encenado: o governo autorizará a importação do leite em pó, os produtores protestarão, os consumidores ficarão nas filas e deputados vão pedir com urgência uma CPI para investigar o grave problema do leite. (Jornal da Tarde).

No Paraná

1.200 exigem: são atendidos

Todos os operários (há controvérsias em relação ao número exato) da firma Hochtief do Brasil S/A, empreiteira encarregada da construção de alguns setores do novo prédio da Usina Central do Paraná, em Porecatu, permaneceram sem trabalhar durante o dia de ontem (22-6-) reivindicando aumento de 1 cruzeiro-hora em seus salários variados, de acordo com a ocupação.

"- Aqui engenheiro ganha muito por mês e nós ganhamos o que mal dá para comer. O quilo de feijão custa 15 cruzeiros. Por isso que todo mundo começou a falar de parar: o Governo Federal deu aumento e para nós veio nada".

A expressão de um dos trabalhadores da Hochtief, vivendo um dia diferente do normal (de roupas limpas, conversando em uma das praças centrais), era de certa tranquilidade. Segundo ele, a firma havia prometido o aumento pretendido a partir de primeiro de maio. E realmente teria a intensão de conceder o aumento: "Eles tinham colocado nos envelopes o quanto a gente ia ganhar com o aumento. Mas daí, na quinta-feira passada, não sei quem fez os caras do escritório da firma trabalhar durante toda a noite e sexta-feira, mudando os envelopes. E ninguém quis trabalhar hoje".

De acordo com relatório de empregados de outras empreiteiras e dos guardas da obra, os operários começaram a chegar, como fazem normalmente, às 6h50m. Em rodinhas, comentavam que se o aumento não tivesse sido concedido, não trabalhariam.

Alguns deles (dois ou três, segundo depoimento de um dos guardas) quiseram apagar suas ferramentas para trabalhar e foram impedidos pela multidão, que chegou a atingi-los, inclusive rachando o capacete de proteção de um deles. Quinze minutos de protestos velados e a proposição de não pegar em ferramentas motivou a intervenção da polícia de Porecatu. Os operários já haviam picotado seus cartões e estavam, em grupos, parados do lado de fora do canteiro de obras. Um deles relata:

"Os policiais chegaram. Ninguém queria bagunçar nem nada. Mas daí o fiscal de segurança veio e disse que não precisava de polícia, que nin-

guém tinha chamado polícia, que ele mesmo cuidaria do caso. Daí eles foram embora".

Na entrada de Porecatu o carro da reportagem foi abordado por um senhor (que não quis indentificar-se, mas disse ser engenheiro de uma das empreiteiras) que adiantou-se ao trabalho dos repórteres: "Quem parou de trabalhar aqui? Quem disse isso? Não vi nada por aqui. Acho que vocês estão enganados".

De acordo com funcionários do escritório central da UCP, o engenheiro (chefe), Sá Pereira, estava em reunião com elementos da Polícia Federal desde às 10h30m. Às 17 horas ele recebeu a imprensa. - Não houve nada por aqui. Apenas um remanejamento, uma dispensa do pessoal em função da limpeza do canteiro de obras. Acredito mesmo que não deveriam tocar nesse assunto.

Fora do escritório, um trabalhador comentava curioso:

- Tem um avião rodando por aí faz tempinho. Deve ser o doutor Atalla (Jorge Atalla, proprietário da usina), que vem ver o problema dos trabalhadores lá na "Rotife".

(...) Na opinião do gerente-técnico da Hochtief do Brasil S/A, Walter Knapp, o motivo principal do descontentamento dos operários foi consequência de um engano do departamento pessoal da empresa: Há quase um mês vinham estudando a possibilidade de um aumento, o qual, é bom que se frise, não temos obrigação nenhuma de dar, pois estamos em cima do mínimo exigido pelas leis trabalhistas.

Acompanhado durante uma difícil entrevista pelo engenheiro-residente da mesma empresa, Bernard Schluender, Walter Knapp procurou de toda a forma desagravar "o bom nome que a empresa desfruta". Chegou ao ponto de alertar os repórteres dizendo que "o Governo Federal está de olho em vocês, então vejam o que vão escrever".

(...) "Tudo não passou de um mal entendido", explicou, ontem, aliviado, o engenheiro Gustavo de Sá Pereira (...) que desde segunda-feira vive as consequências da paralisação, durante um dia, de 1200 operários (...) Os reajustes foram em torno de 12 por cento (...)

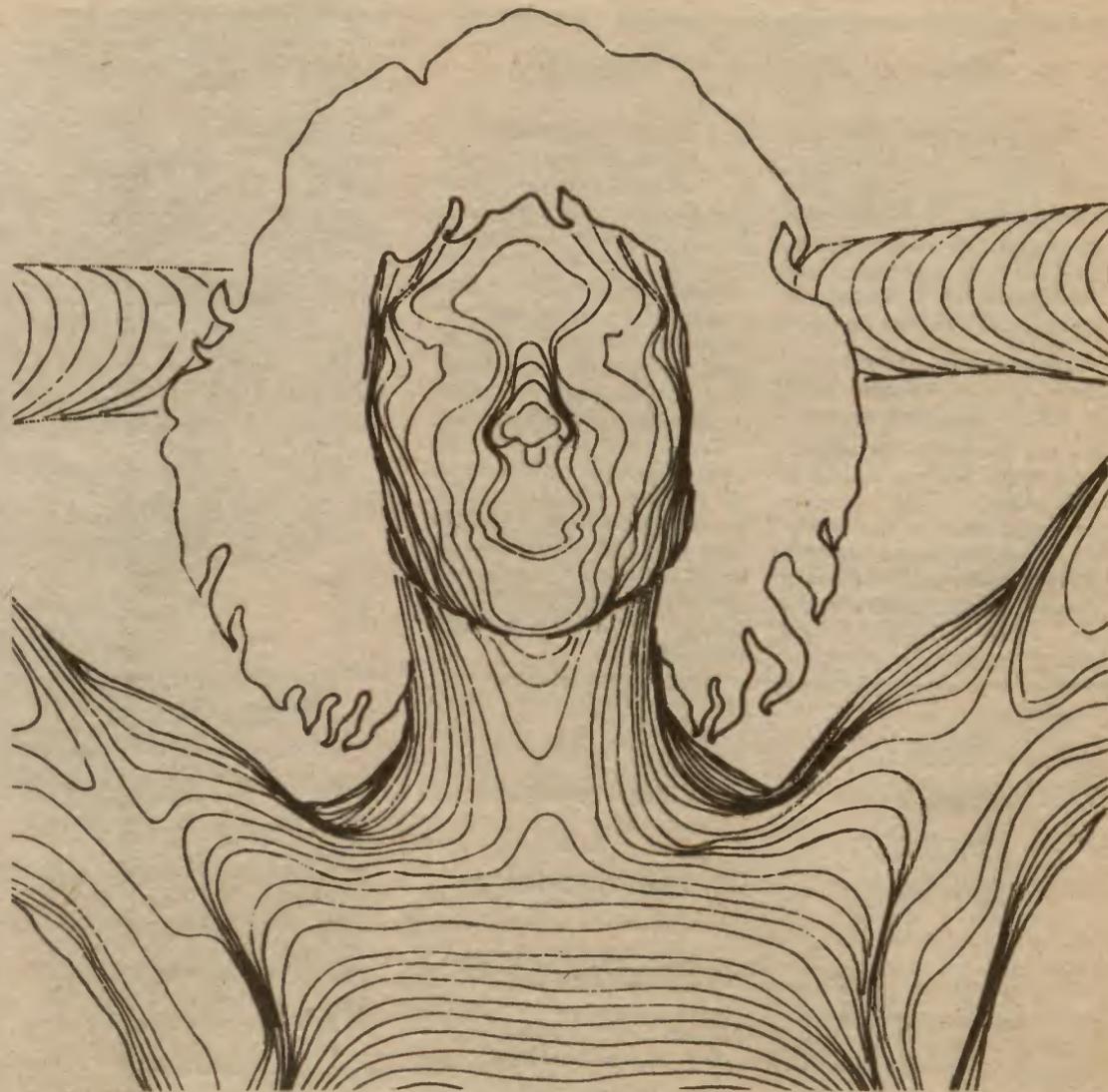
Fonte "Panorama", Londrina, Paraná, de 22, 23 e 27 de junho.

Salário mínimo dá cadeia

"Com relação ao salário/ eu até me como/ nosso salário é pequeno/ eu tenho é pena do povo/ porque dois salários mínimos/ não dá para comprar um ovo/ Por causa desses versos, o violeiro paraibano Apolônio Cardoso foi intimado a comparecer à Delegacia da Polícia Federal de Natal, durante a "Semana do Desafio Nordestino." Apolo-

nio teve como companheiro na cantoria o deputado Luis Sobrinho que arrematou ainda os seguintes versos: Amo o Brasil e seu povo/ e honro muito o seu nome/ porém o salário dele/ rapidamente se some/ Meu Brasil é muito rico/ mas o povo passa fome. A notícia veiculada pelo Estadão, não fala se aconteceu alguma coisa ao deputado.

As mulheres que tomam anticoncepcionais vivem constantemente preocupadas com seus efeitos. A pílula, uma das modernas invenções do século XX, no campo medicina, é uma das respostas mais aceitas ao problema do controle da natalidade.



PILULA: SOLUÇÃO

Devemos jogar nossas pílulas fora?

Em 1974, o Centro Médico Britânico realizou um estudo sobre a pílula, em que colaboraram cerca de 1400 médicos. Eles concluíram que pelo menos por enquanto, não devemos jogar, indiscriminadamente, todas as pílulas no lixo. Segundo os médicos britânicos, a maioria dos efeitos colaterais consequentes do uso da pílula (trombose, embolias, tumores no fígado, câncer no útero e na mama, para não citarmos todos), já estavam previstos antes mesmo da sua utilização maciça. Ainda em 1974 - parece que foi um ano de muitas preocupações no setor - os dados demonstram que o consumo de pílulas no Brasil era de 38 milhões de caixas, contra 6 milhões em 1966, o que significa um aumento de 375%, cifra que atualmente já deve estar ultrapassada. Isso quer dizer que aproximadamente 4 milhões de mulheres brasileiras faziam uso da pílula como método anticonceptivo.

Não tome pílula sem receita médica

"Qualquer medicamento só pode ser administrado com acompanhamento do médico, e muito mais quando se trata de anticoncepcionais orais. "O ginecologista Mário Mourão Neto, do SOF - Serviço de Orientação Familiar de São Paulo - acrescenta: "Antes de receitar a pílula, o médico deve analisar rigorosamente o quadro clínico da mulher, submetendo-a a um detalhado exame, para evitar problemas futuros". Conclusão do dr. Mourão: nenhum método anticonceptivo pode ser usado sem acompanhamento médico. Toda mulher pode tomar a pílula, mas nem toda pílula pode ser tomada por todas igualmente.

"Depois que casei, comecei a engordar demais, quase um quilo por mês, por causa da pílula. Acho que preciso mudar de marca porque é assim mesmo, a gente tem de ir tentando até dar certo. Minha médica me disse que o negócio é ir testando até encontrar a pílula exata".

O caso de Alice, 26 anos, seis meses de casada, não é exceção. Lamentavelmente, a maioria dos nossos médicos ainda procede assim, guiados pela alavanca de produtos que os laboratórios despejam, diariamente, em seus consultórios. Então o problema não é se se deve, ou não, usar a pílula mas como usá-la. E esse como não depende exclusivamente da mulher, mas também do seu médico. Serão realmente necessárias tantas marcas de pílulas como as que hoje estão no mercado? Como todo medicamento, a pílula, pode ser composta de várias substâncias ativas que têm efeitos colaterais e esses efeitos serão diretamente pro-

porcionais ao número de substâncias. Desse modo, os anovulatórios, - a pílula "combinada" - estimulam o aparecimento de doenças, enquanto que a "não-combinada" - progesterona - tem menos possibilidades de risco, segundo o dr. Mourão.

O número excessivamente alto de marcas de pílulas que invadem o mercado, ao invés de atender às necessidades da mulher, prejudica a sua escolha e a do médico, uma vez que aos laboratórios importa pouco quem vai consumir, desde que a sua marca esteja sendo vendida. A venda indiscriminada do anticoncepcional oral, sem receita médica - como ocorre na maioria das farmácias - é algo com que o Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia deveria se preocupar mas até hoje não está devidamente aparelhado para exercer uma rigorosa fiscalização. O farmacêutico, por outro lado, do mesmo modo que o fabricante, quer vender. As farmácias, hoje, perderam aquela antiga característica de auxiliar do médico, transformando-se em meros centros comerciais interessados antes de mais nada, no lucro.

Apesar de proibida, é comum a prática feita por alguns laboratórios de fornecer medicamentos a mais, numa vantajosa proposta como a dúzia de vinte: o farmacêutico compra 20, e paga 12, e certamente irá recomendar essas marcas, estabelecendo um tipo de transação em que o único a perder é o consumidor. Assim, a mulher que compra pílula sem receita médica, fica sujeita a levar para casa um anticoncepcional que não é adequado ao seu organismo.

O "Condom" ainda é o método mais barato

"Imagine! Que imprudência dessa menina. Ela estava grávida há três meses, provocou aborto com uma agulha de tricô, e a mãe não sabia que ela estava nesse estado. Será que ela não conhece os preservativos? E a pílula, que qualquer farmácia vende, é só ir lá comprar" (Reação de um atendente de Pronto Socorro em São Paulo, diante do caso de uma menina (14 anos), que deu entrada no PS com uma violenta hemorragia).

A falta de informação, os preconceitos e - principalmente - o baixo poder aquisitivo, são os responsáveis por casos como este, e eles não são poucos. Muitas também são as mulheres, aliás a maioria, que usam - como método anticoncepcional - o coito interrompido, ignorando os efeitos psicológicos que isso faz à vida conjugal, insatisfação, frustração e ansiedade. Em São Paulo, a maior parte das

mulheres que procuram o SOF (Serviço de Orientação da Família) vindas das classes menos favorecidas, confessam ser esse o método usado por elas, o que sugere a total desinformação quanto a outros meios de controlar a gravidez.

Quem compra anticoncepcionais hoje no Brasil? O mercado brasileiro é dominado pelos anticoncepcionais orais e pelos preservativos de borracha ("condons"), cuja produção atual chega a 50 milhões de unidades anuais (fora os 6 milhões de unidades que entram ilegalmente no país), procedentes, principalmente do Japão. De acordo com uma pesquisa realizada no ano passado (pela empresa de consultoria Richers Buarque de Almeida e Associados), com o levantamento dos aspectos particulares de produção, distribuição e consumo de anticoncepcionais em São Paulo, Recife e Caruaru (PE), o consumo de preservativos cresce na proporção de 8% a 15% ao ano, pois, ao contrário da pílula (pelo menos em teoria) sua venda dispensa receita médica. Cada vez mais os "condons" conquistam maior espaço nas prateleiras de supermercados e até de bares, facilitando sua comercialização. Há também, na pesquisa, uma constatação até certo ponto curiosa: 16% dos compradores de condons são mulheres e 66% dos que adquirem pílulas, são homens.

A tabela abaixo mostra que enquanto as classes A e B - que menos necessitariam de controle da gravidez, porque têm condições materiais para ter filhos e criá-los - controlam a natalidade em escala crescente, as classes com menor poder aquisitivo deixam de fazê-lo por razões sócio-econômicas:

Classes	Pílulas	Preservativos
A	25	18
B	52	46
C	18	29
D	5	7

(Fonte: Revista Veja/julho/75)

Afinal, a decisão de ter ou não filhos, que de início deveria ser tomada e assumida a dois (marido e mulher) acaba sendo um problema exclusivamente feminino, principalmente nas classes mais baixas onde o marido é, geral-





Estas você
pode jogar no lixo



O uso dessas pílulas comprovou que elas provocam atrofia dos ovários e câncer, além de seu fracasso em evitar a gravidez.

(Fonte : MOVIMENTO, nº 47)

OU PROBLEMA?

mente, contra a pílula. "Meu marido tem idéia muito tradicional, não queria que eu tomasse a pílula, e quase todo mundo aqui na vila pensa isso, que a pílula não faz bem pra saúde da mulher. Mas eu estou bem atualizada e sei que não posso ter mais filhos, como é que vou educar eles todos? O problema maior é o de criar esses meninos. Quando eu casei pensei em ter quatro filhos, acabou, que tenho oito, mas é porque a gente morava na roça e eu não tinha condições de evitar, e nem nunca tive coragem de beber erva daquelas que na roça o povo toma. Quando cheguei aqui, custei a aceitar a idéia de tomar a pílula, mas também as condições me obrigaram a ver que é o único jeito. Eu acho que devia ter uma espécie de pílula também para o homem, que assim a saúde da gente não gastava tanto" (Joana, 33 anos, oito filhos, moradora da periferia de São Paulo).

Segundo estatística do Centro Latino Americano de Demografia, mais de 50% das mulheres cariocas (entrevistadas em 1971) desejavam controlar o número de filhos, porque suas condições financeiras não permitiam ter uma família numerosa. Oitenta por cento delas preferia ter dois ou três filhos e a maioria desconhecia a existência de métodos anticoncepcionais, sendo que 30% disse conhecer "o comprimido" através de vizinhas, amigas e parentes, e 20% já haviam feito aborto.

Emplastos, ervas, lavagens, geléias, supositórios. Uma lista relativamente numerosa de métodos descobertos pela mulher ao longo de suas tentativas, nem sempre bem sucedidas, de controlar a gravidez. Recentemente a mulher pode recorrer a um outro método, que tem 93% de margem de segurança, segundo os médicos, mas que não pode ser colocado indistintamente em todas as mulheres, exigindo uma saúde perfeita e acompanhamento clínico rigoroso: o DIU (Dispositivo Intrauterino) adaptado ao colo do útero feminino, pode ser ou não rejeitado já que é um corpo estranho no organismo da mulher. Há muita polêmica em torno do DIU. A colocação depende do comum acordo entre o homem e a mulher que devem assinar um termo se responsabilizando e assumindo, juntos, a medida.

Nem todas as mulheres podem ter acesso ao DIU, um dispositivo caro (custa cerca de 2 mil cruzeiros), que necessita de acompanhamento sistemático num espaço de tempo inicialmente curto, e que mais tarde dependendo da adaptação da mulher - pode ser aumentado.

Uma mulher deve evitar filhos?

Os dados da pesquisa feita pela Richers, Buarque de Almeida e Associados mostraram o que talvez não seja nenhuma novidade; o índice de sim esteve muito equilibrado em todas as classes consultadas. 75% das mulheres da classe A, 77% da classe B, 77% da C, e 61% da classe que eles classificaram como D, disseram que a mulher deve evitar filhos. Mas a pergunta - e, naturalmente, sua resposta - não para aí. Quando a mulher diz que ela deve evitar a gravidez esbarra na estrutura sócio-econômica, nos preconceitos, na desinformação e - principalmente - nas questões de ordem moral e religiosa.

"Eu não deixo minha mulher nem minhas filhas tomarem "comprimido", considero uma invenção do diabo. Onde já se viu tomar remédio pra não ter filho? Tudo invenção dos médicos e das farmácias. Filho é benção de Deus, é bem-vindo. Agora, às vezes, a gente é tão pobre que até tem dó dos pobrezinhos que nascem assim desprotegidos. Mas se vêm, não vai ser minha mulher que vai tirar" (Antonio, 50 anos, mineiro, operário, ex-agricultor).

"Eu e minha mulher não somos contra a pílula, acho que é ainda o melhor meio de não engravidar. De vez em quando, ela tem algum problema com a pílula, e aí deixa de tomar por algum tempo mas depois começa de novo. Ganhando o meu salário (que não chega a dois mínimos) e com o neném (1 ano) ainda pequeno, não dá pra ter logo outro, mas nós vamos ter mais, só que bem espaçado pra dar tempo de arrumar melhor a vida. Sei que quase todos os meus amigos são contra a pílula, porque acham que tomando o comprimido, a mulher tem mais oportunidade

de trair o marido, eu acho isso uma bobagem, mulher que trai marido trai com pílula ou sem pílula". (Francisco, 21 anos, operário especializado, baiano).

"O problema de controle da gravidez não é do interesse de ninguém, é do casal, o homem e a mulher é que decidem quantos filhos querem ter. Eu gostaria de ter muitos filhos, mas a gente também tem de pensar em dar comida, escola, roupa, remédio, divertimento para eles, dar uma vida decente. Não adianta eu ter sete filhos se eu sei que não vou ter condições de sustentá-los. Prefiro ter dois ou três porque família, pra mim, não é botar filho no mundo". (Simone, solteira, secretária do gerente de uma indústria de tecidos de São Paulo, 22 anos, carioca).

"Evitar filhos é uma coisa natural, hoje, pra todas as mulheres. Mas eu acho que a questão não diz respeito apenas ao marido e à mulher, porque no fundo quem decide o número de filhos é sempre o sistema econômico vigente, que não dá as mesmas oportunidades a todos. Então o que acontece é o pessoal dizer que pobre não devia ter tantos filhos, mas o pobre não é pobre porque tem muitos filhos. Será que já foi feita alguma pesquisa para saber quantos filhos realmente cada casal gostaria de ter, independentemente da sua condição financeira, segurança na velhice, saúde, educação, etc?" (Roberto, estudante de Física da USP, 20 anos).

A verdade é que essa discussão se amplia, extrapola o âmbito familiar, e passa a ser abordada por legisladores, autoridades sanitárias, políticos, e religiosos, em termos de controle ou não de natalidade em massa. A questão passa a ser: devemos ter uma política de controle de natalidade diferente da que vem sendo adotada até agora pelo Brasil?

O Capítulo V do II Plano Nacional de Desenvolvimento, diz: "A orientação da política demográfica brasileira é de respeito ao arbítrio de cada casal na fixação do número desejado de filhos, oferecida oportunidade de informação que permita o exame completo da questão. E facultada a opção, sem qualquer constrangimento, no sentido ampliativo ou limitativo da qualidade".

Este recado
é para as estudantes grávidas

A lei nº 6.202 de 17 de abril de 1975, transformada em emenda constitucional, garante a todas as estudantes grávidas, a partir do oitavo mês e durante três meses após o parto, o direito de assistir as aulas em sua casa, fazer provas e exames finais. Para isso é necessário que seja encaminhado à direção da escola um atestado médico comprovando. Em casos excepcionais também comprovados com atestados, a estudante poderá ter seu prazo de descanso prorrogado antes ou depois do parto.

Com estas explicações espera-se que as leitoras de BM não tranquem mais suas matrículas, desistam de frequentar a escola, ou qualquer outra medida que as impeçam de participarem de modo criativo da sociedade, de sua família e da política de seu país.



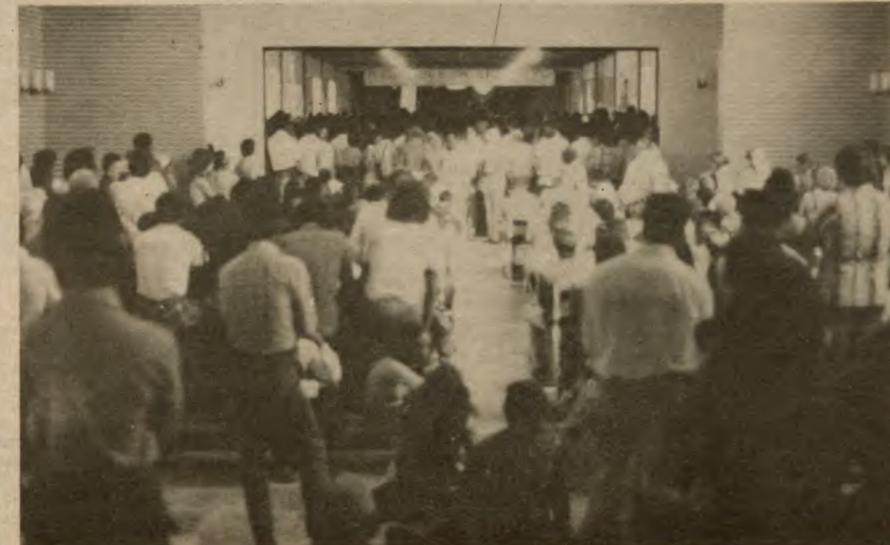
São quase quatro mil pessoas, chegando daqui e dali. Eles estão vindo das zonas Oeste, Leste e Sul de São Paulo e muitos não conseguem lugar no amplo salão aberto do colégio Santa Maria.

Neste domingo em Santo Amaro, São Paulo, os moradores da periferia ("a gente viajou mais de duas horas pra chegar") vêm falar, discutir, trazer depoimentos e reivindicações.

Do lado de fora do salão, no gramado, as mães cuidam das crianças de colo. O choro delas se mistura com a brincadeira das maiores, que cantam:

**"Passa, passa, três veis
O último que fica
Tem mulher e filho
E não pode assistentá"**

Lá dentro, vai começar a discussão sobre custo de vida.



**"A gente
não precisa
ser matemático
ou
universitário
para
entender o
custo de vida"**

**"Nós somos os
construtores do Brasil,
e o que recebemos?"**

(depoimento de uma mulher)

A mesa é presidida por mulheres da periferia. "Diante das dificuldades de todo o dia que cada uma de nós enfrenta, achamos que os problemas são muito grandes e que só a gente passa por eles. Mas, aos poucos, as mães conversando umas com as outras foram percebendo que o seu problema é o problema da vizinha também, e que diante disto a gente não encontra solução sozinha. Por isso, aos poucos, juntando uma mãe com outra, um grupo de mães de um bairro com outro, uma região com outra, é possível fazer com que todo o povo compreenda esses problemas, e assim encontrar uma verdadeira solução".

Foi assim que um grupo de mães começou a perguntar: O que a nossa família come e o que deveria comer? Estudando as respostas dessa pergunta, surgiu em julho de 1975 a proposta de se fazer uma pesquisa sobre a diferença do custo de vida de agosto de 74 a 76, onde na mesma pergunta entrou o problema de aluguel, material escolar, condução, situação familiar e o aumento do salário que a gente precisa ter.

Cada uma de nós se comprometeu a passar de casa em casa, pesquisando, conversando sobre a nossa situação. A partir dos resultados, fizemos uma assembleia em novembro, onde todos os bairros participaram, estudando esse resultado e aí se levantou propostas para procurar soluções. Sendo que o ano de 1975 foi considerado Ano Internacional da Mulher, nós nos preocupamos em fazer alguma coisa importante, e saíu como proposta escrever uma carta e recolher assinaturas para enviá-las às autoridades e marcar uma grande assembleia".

A grande assembleia, de 4 mil pessoas, com a presença da imprensa e deputados do MDB, não compareceu nenhuma autoridade executiva, embora tivessem recebido convites. No salão, as pessoas se amontoam, interessadas, e aplaudem muito quando a mesa entrega a carta das mulheres, com 19 mil assinaturas - dirigida ao presidente e autoridades - recebida por Dom Mauro Morelli, bispo auxiliar da região Sul.

"Aos que ainda têm esperança no coração e se reúnem para discutir problemas de custo de vida, disse ele, em nome do Cardeal quero me alegrar desse fato bastante significativo. O povo nunca pode ficar passivo vendo a locomotiva passar, temos de ser sujeitos da nossa história. Para quem é cristão, tudo o que abafa, tudo o que pisa, tudo o que machuca, tudo o que impede, tudo o que elimina a vida, fala ao nosso coração e à nossa responsabilidade. Levarei essas assinaturas das mãos caídas de muitas mães a D. Evaristo. Essas assinaturas não serão jogadas fora, serão guardadas junto à consciência e ao coração da Igreja de Deus em São Paulo".

**"Sobe o custo de vida
tão alto quanto um balão
só não sobe o meu salário
que fica sempre no chão"**

Agora, uma mulher chega ao microfone para ler o resultado da pesquisa do custo de vida. O trabalho foi feito em 75, e atualizado este ano:

"O que mais se fala hoje em dia é sobre o aumento do custo de vida. Quando a gente vai na venda, ou na feira, a conversa é sempre o preço do feijão, da batata, do tomate, do café, que não pára de subir. Então, nós, as mulheres, resolvemos fazer uma pesquisa para comprovar esse aumento, em 75. Mas como demorou um ano para sair essa assembleia, nós resolvemos fazer outra pesquisa esse ano, e vimos que aconteceu o seguinte: este ano, uma família com cinco pessoas, dois adultos e 3 crianças, gasta em 25 gêneros alimentícios mais gás e sabão, Cr\$ 1.533,00.

Ainda tem que pagar roupa, aluguel, prestação da casa ou do terreno, luz, água, remédios e material escolar. A carne que custava Cr\$ 16,00 foi para Cr\$ 20,00; o feijão que custava Cr\$ 8,00 foi para Cr\$ 13,50; a batata que custava Cr\$ 3,50 foi para Cr\$ 6,50; o tomate que custava Cr\$ 4,00 foi para Cr\$ 7,00; o café que custava Cr\$ 2,00 foi para Cr\$ 3,00. Isso só falando desses 6 gêneros.

Tudo subiu muito. Portanto, a pesquisa mostra que não pode continuar a situação desse jeito. Mostra que o salário é como um caminhão carregado na subida: sobe bem devagarzinho. E o custo de vida parece um carro de corrida: sobe sem parar. Por isso todas nós, as mulheres e mães de família achamos que as autoridades têm que tomar providências imediatas para resolver essa situação".

Outro relato, sobre custo de vida e salário, é muito aplaudido. Ele explica que a situação vem se agravando desde a implantação da política salarial do governo, há 11 anos, que eliminou a livre negociação de salários diretamente entre patrões e operários". Os aplausos são fortes, e há um burburinho quando se fala da distância entre os reajustes salariais e o custo de vida real, segundo o DIEESE:

Os trabalhadores hoje, para recuperar tudo o que foi perdido com a alta do custo de vida, deveriam receber um aumento de 312%, e não 44% como foi este ano. O salário mínimo deveria ser de Cr\$ 1.818,47.

A relatora continua explicando que, ainda segundo o DIEESE, o trabalhador de salário mínimo em 1965, para cobrir só as despesas com a alimentação de sua família de 4 pessoas, trabalhava 262 horas por mês, isto é, 8 horas e 42 minutos por dia; em 1976, para obter a mesma alimentação, ele tem que trabalhar 546 horas e 33 minutos por mês, aproximadamente 18 horas e 13 minutos por dia.

Por que o salário mínimo calculado pelo governo está muito abaixo do que deveria ser? Parece-nos que isto se deve ao fato de que o governo fixa os gastos mínimos do trabalhador, baseado em dados que não correspondem à realidade. Vejamos a tabela elaborada pelo governo:

Alimentação - Cr\$ 414,72; Habitação - Cr\$ 215,04; Vestuário - Cr\$ 84,48; Higiene - Cr\$ 46,08; Transportes - Cr\$ 7,68; Total: Cr\$ 768,00.

Os 7 cruzeiros e 68 centavos do transporte foram os mais vaiados.

É importante lembrar que educação, saúde e lazer não entram nesses cálculos. Quanto à habitação, com Cr\$ 215,00 não se aluga nem um barraco na favela, em qualquer capital do país. E com Cr\$ 7,68 não dá para o operário pegar o trem nem uma semana, quanto mais o ônibus a Cr\$ 1,20 durante três dias, (palmas). O resultado desses cálculos absurdos é um enorme prejuízo para o grande número de trabalhadores que ganham o mínimo. Será que educação, saúde e lazer não são direitos

para todos os trabalhadores? (palmas). E se tratando da mulher que trabalha fora de casa, além desse prejuízo, ela vem sendo atingida por graves injustiças: recebe um salário menor do que os homens, apesar de realizar o mesmo trabalho e, além disso, as leis que deveriam protegê-la no seu trabalho são constantemente desrespeitadas, (palmas). As consequências que essa situação nos traz são muito sérias. A Organização Mundial de Saúde calcula que 40% da população brasileira é subnutrida. Essa subnutrição é a marmita de arroz com ovo frito, pra sustentar 13 ou 14 horas por dia de trabalho. O trabalhador faz horas extras pra ver se alivia um pouco essa dureza. Mas não alivia, porque essas horas extras, além de nos afastar do convívio familiar, aumentam o cansaço. Isso tudo, ao lado da má alimentação e do aumento do ritmo de produção, está trazendo mais um título para o Brasil: o de campeão mundial de acidentes no trabalho. A cada ano o país se desenvolve e aumenta a riqueza produzida pelos trabalhadores.

Sendo nós os responsáveis por todo esse desenvolvimento, é justo que reivindicamos a nossa participação nele.

**"Olha gente,
a situação é tão ruim que..."**

São mais de 20 depoimentos do povo, são muitas as mulheres que vão falando, são homens que contam seus problemas:

Todo mundo sofre. Em bairros afastados como o meu não tem asfalto, quando chove não tem ônibus, mesmo com boa vontade dos motoristas eles não podem passar, os trabalhadores perdem dias de serviço, a condução não vem até nós. A gente paga lotação o dobro do que paga o ônibus. Isso traz problemas sérios. As crianças não podem ir na escola, elas se sujam tanto que, quando chegam, não podem sentar nas cadeiras. As professoras não conseguem chegar no Grupo, muitas crianças passam semanas sem aula. Nós ficamos sem luz, há casos de morte porque às vezes cai um fio e até chegar ao telefone, até chamar a Light e a Light vir, demora muito. Um trabalhador morreu electrocutado porque pisou numa poça d'água com fio elétrico dentro. Agora, cobrar alto a Light cobra. Se ficar dois dias sem pagar a luz, eles cortam. Muitas crianças não dormem com a luz apagada. Para que não chorem, e atrapalhem os pais que têm de sair às 4 da manhã, muitas mães tiram o pão da boca de seus filhos, pra pagar a luz (palmas). Não é certo. Nos bairros de alta sociedade a gente vê ruas inteiras asfaltadas e com luz, para uma só residência. E nós, que trabalhamos de sol a sol, temos que andar na chuva, na lama? Não é certo. Vim pedir para que se unam todos e participem de movimentos para asfaltar as ruas da periferia.

Operário morre de fome, morre de acidente do trabalho e se sujeita a morrer em acidente a caminho do trabalho, (palmas). Queriam que as autoridades pusessem a mão na consciência e dissessem porque razão se diz que o Brasil é um país que vai pra frente? Pra frente como?

**"... Que o país vai
pra frente. Pra frente como?"**

O homem mora na zona Leste de São Paulo e fala sobre os trens de subúrbios:
O trem sai lotado, pingente vai entre as estações.

Operário morre de fome, morre de acidente do trabalho e se sujeita a morrer em acidente a caminho do trabalho, (palmas). Queriam que as autoridades pusessem a mão na consciência e dissessem porque razão se diz que o Brasil é um país que vai pra frente? Pra frente como?

A menina de 18 anos, trabalha há muito tempo: - Minha mãe é doente, meu pai ganha pouco, tem 50 anos e levanta às 4 da manhã, chega às 10 da noite em casa, ganha dois mínimos. Quando eu vejo na televisão que o Brasil é um país que vai pra frente, penso porque existe a pobreza? Gente, é preciso arregaçar as mangas para que esse país seja de futuro, sem sofrimento, sem desespero. Se essa luta chegar ao fim, juro que vou ser a mais feliz do mundo, (palmas).

O homem lembra os imigrantes e pergunta: - Como o país vai pra frente se aumenta o número de imigrantes do Norte e Nordeste, mão-de-obra barata? Por que o governo não melhora o Nordeste? (palmas) Eles trabalham aqui sem condições, têm má alimentação. Por que o governo não põe máquinas suficientes para que o Nordeste tenha as mesmas condições dos povos da cidade grande? Por que obriga as pessoas a vir trabalhar aqui de graça, ganhando um terço do mínimo?

**"A gente sente muito
porque vê as
crianças judiadas,
fica quase o dia
todo fora de casa e não tem
condição de dar carinho"**

E as crianças que ficam na rua enquanto os pais trabalham? E a mulher "que tem de trabalhar no que não gosta só pra me ajudar?" E o lixo que se acumula nas ruas, vira brinquedo para as crianças? E a imobiliária que não aluga dois cômodos pra quem tem muitos filhos? E nossos filhos que morrem de verminose? E o pai de sete filhos que morre, a mãe viúva vai lavar roupa enquanto eles ficam marginalizados? E os cem cruzeiros de taxa para matrícula nas escolas, quem pode?

Somos mulheres obrigadas a trabalhar fora, nossos filhos ficam trancados em casa ou pelas ruas. Por que? Começamos a luta pela creche, com abaixo-assinados, faz dois anos. Fomos na secretaria do Bem Estar Social, andamos de um lado pro outro gastando dinheiro de condução, sem comer. Disseram que não estão mais construindo creches. As firmas com mais de cem empregados, são obrigadas por lei a ter creche. Mas não têm, (palmas).

E a Viação Sete de Setembro que só pensa nos lucros? E os poucos ônibus, e os motoristas que resolvem eles mesmo aumentar as tarifas?

As propostas são encaminhadas e aclamadas: congelamento de preços, aumento de salários e abono de

emergência; organização de cooperativas de abastecimento nos bairros da periferia; construção de creches.

Dom Mauro Morelli fala sobre os 500 milhões de dólares que serão gastos na construção do aeroporto super-sônico de Ibiúna, "um luxo desnecessário, (palmas). Por que não aplicar esse dinheiro na agricultura e problemas básicos da periferia?"

Chega a vez dos convidados. Terezinha Zerbine, do Movimento Feminino pela Anistia: "A anistia é a consciência jurídica, democrática e cristã do povo brasileiro. O povo brasileiro tem de ser fiel à sua tradição de paz, concórdia e união, trabalhamos pela anistia ampla e geral aos atingidos pelos atos de exceção".

O deputado estadual Alberto Goldman: "O governo já provou que tem forças para muita coisa, por exemplo cassar mandatos, (palmas). Quero ver liquidar os intermediários dos gêneros alimentícios, quero ver o congelamento de gêneros de primeira necessidade, e também na área da saúde, educação, lazer. Viver não é apenas consumir gêneros de primeira necessidade".

O deputado federal Aírton Soares: "Vamos dizer nos plenários o que esse povo quer, mas eles não entendem. O que nós precisamos é cada vez mais juntar forças. "Se o MDB fez algo de positivo foi permitir que, em 74 votassem nele, para desabafar. Milhões de brasileiros mostraram que não estão de acordo. O governo vai ter que acordar para a redemocratização do país.

Os deputados presentes, interpelados pela mesa, concordam em levar os relatórios, que constarão nas atas da assembleia legislativa de São Paulo. Cópia será remetida ao prefeito, governador, ao presidente.

Já são 18 horas e a assembleia está acabando. A mesa pede "que se retirem com calma, e que os policiais presentes ajudem o povo na saída".

Esta assembleia foi resultado de muito trabalho - diz um padre um dos organizadores. Os problemas não são desconhecidos de ninguém. A Igreja está muito ligada ao povo que a procura para encontrar amparo a seus problemas.

Por isso chamamos as autoridades. Para que ouçam os gritos do povo e proponham soluções para seus problemas. Esse trabalho, cujos primeiros resultados vemos hoje, faz parte do Plano Pastoral para dois anos, tirado por uma assembleia de leigos, padres e religiosos, e oficializado pelo cardeal e pelos bispos. Os pontos básicos da Pastoral são: comunidades de base; direitos humanos e marginalização; os problemas de trabalho e os problemas da periferia.

As 4 mil pessoas saem, vão pegar seus ônibus, vão viajar mais de duas horas de volta à casa. As crianças correm pela grama, alegres, saem, descobrem o cinema ao lado que anuncia em grandes cartazes a atração de hoje: "Trágica Decisão".

**"Se vocês, autoridades,
ganhassem salário mínimo,
o que vocês fariam?"**



Hoje não existem mais traços que indiquem ter existido, entre 1890 e 1893, a primeira experiência de colônia socialista na América do Sul. Onde as casas típicas italianas foram erguidas, onde as plantações de cereais foram colhidas com cantos e danças, há apenas um mato raso cobrindo a suave elevação do terreno. Na terra onde os italianos vieram construir uma nova vida social, econômica e política ficaram sinais dos caminhos por onde passavam os antigos carroções, transportando os habitantes e a produção, e um grande buraco encoberto pela vegetação: o velho poço onde os anarquistas se concentravam nos intervalos de trabalho, a fim de beber uma água fresca, transmitir um recado ou em busca de um contato mais particular que aquele oferecido no "Barracão do Povo", local de encontro da comunidade, construído a partir da observação de uma área pisoteada pelas pessoas do grupo. O riacho das pedras alimentava o poço, afluente do rio D'Areia que desagua no rio Iguaçu. No riacho das pedras se banhavam os anarquistas, entre muitos risos, corre-corre das crianças e dos adultos, onde o amor era vivido pelos jovens, devagar.

As narrativas de Schmidt, Stadler e Comolli mostram que a preocupação estética de Rossi era uma constante nas relações da comunidade que vivia intensamente o impulso da liberdade de expressão, fator ideológico de máxima importância na filosofia anarquista. Ele transformava as várias experiências cotidianas em educação política, tendo-as como ponto de convergência e dando a seus ideais anarquistas o mais amplo significado para a arte e a educação. Rossi praticava em sua comunidade um processo dinâmico de integração do conhecimento: observava com as crianças a textura de uma folha, o canto de um pássaro, aliava o desenvolvimento intelectual ao aguçamento dos sentidos, transformando em recreação uma aula de ciência, por exemplo, através de sua concepção do papel da arte na formação do indivíduo. Ele, no entanto, não tinha a dinâmica do homem essencialmente prático ou a distância de um orientador teórico e ideólogo. Equilibrava com argúcia o processo empírico de suas experiências sociais, anotando seus caminhos, colocando-as em discussão sem qualquer forma de dirigismo.

La Cecilia: Bandeira anarquista nas terras do Paraná

A experiência anarquista da Colônia Cecilia, embora já tenha merecido a atenção de sociólogos e historiadores, é ainda um episódio pouco explorado na história da colonização estrangeira no Paraná. A Colônia foi instalada nas proximidades de Palmeira, situada ao longo do caminho histórico de Sorocaba e Viamão (Rio Grande do Sul), no local denominado Santa Barbara. Sobre a Cecilia, Newton Stadler de Souza lançou em 1971 o livro "O Anarquismo da Colônia Cecilia". Afonso Schmidt publicou em 1942, o romance historiado "Colônia Cecilia" e Beatriz Pellizzetti aborda a questão num trabalho publicado pela Universidade do Paraná (boletim nº 14 dos "Arquivos para a História Meridional do Brasil").

Em fins de 1975, os acontecimentos da Cecilia despertaram o interesse do público em geral, especialmente na Europa, com o aparecimento do filme de Comolli "La Cecilia", baseado nos manuscritos de Giovanni Rossi, em velhas canções anarquistas e no livro de Stadler de Souza. As publicações francesas "Le Monde" e "Elle", entre outras e as brasileiras "Manchete", "Veja", "O Estado de S. Paulo" e a "Folha de Londrina", abriram espaços especiais e o acontecimento passou a empolgar também o público brasileiro, embora este ainda não tenha visto o filme italiano, cuja distribuição aqui não está prevista para breve.

A estória verdadeira

La Cecilia é, antes de tudo, uma experiência de ideal feita por um grupo de italianos liderados por Giovanni Rossi, baseados em princípios anarquistas resumidos numa vida ao ar livre liberta de preconceitos burgueses, onde a justiça social seria o cerne da comunidade. Em 1890, segundo Beatriz Pellizzetti, Rossi formou o núcleo experimental constituído de 300 pessoas principalmente do norte da Itália. Todas as classes sociais estavam representadas no

agrupamento: lavradores, artesãos, professores, jornalistas, um médico e um agrimensor. Até a aristocracia estava representada pela participação de José Francisco Grillo, ou indiretamente com Francisco Trevisani e Colombo Leoni.

O líder Rossi era um homem com imensa capacidade de criação. Nasceu em Pisa em 11 de janeiro de 1856. A sua inquietação social fez com que procurasse soluções não apenas no campo da ciência, conforme sua preparação de médico e agrônomo-veterinário como também no social fazendo-o redator do semanário "Lo Sperimentali", onde militavam reformadores cuidadosos até filósofos nihilistas da sociedade italiana. Giovanni Rossi expôs suas idéias num livreto "Il Comune in Riva al Mare", no qual relatava a constituição de uma colônia anarquista.

La Cecilia

O Brasil, na época da instalação de La Cecilia, dava por terminada uma experiência que constrangeu pessoalmente o imperador Dom Pedro II: a vinda de teuto-russos que não encontraram em nosso país o que as autoridades lhes tinham prometido. Mandados para terras estéreis, sem condições para a sua instalação foram, com enormes prejuízos, repatriados em estado de miséria, o que veio prejudicar a política de acordos imigratórios tanto quanto a imagem do imperador que gozava de prestígio nos meios políticos reais e na "inteligência" européia.

Uma das hipóteses levantadas pelos historiadores é a de que D. Pedro, ao ceder as terras para a Cecilia queria demonstrar que o Brasil recebia de braços abertos mesmo os anarquistas considerados subversivos, perturbadores dos costumes e da moral. Um dos fatos que poderia comprovar que D. Pedro, com sua liberalidade, usou demagogicamente os anarquistas foi o de que Rossi recebeu apenas uma carta com o selo imperial, convidando-o a



Foto da época: Giovanni Rossi, em pé, o primeiro a direita.

estabelecer-se no Paraná em 300 alqueires de terra. A resolução do imperador veio no bojo do fracasso já descrito, após ter lido o livreto de Rossi "Il Comune in Riva al Mare" que lhe foi entregue juntamente com uma carta, quando de sua passagem por Milão, em viagem de recuperação de saúde. Mesmo sem garantias de posse da terra, os anarquistas embarcaram sem refletir que o título de propriedade poderia assegurar a sobrevivência de sua experiência e de seus ideais, embora a exigência desses papéis fosse diametralmente oposta às suas pregações políticas e filosóficas.

Para D. Pedro qualquer fracasso na comunidade anarquista seria nem mais nem menos que a confirmação da utopia, e nunca um reflexo de má política imigratória.

Os mortos de "La Cecilia" não foram enterrados ao lado dos outros imigrantes e brasileiros porque os párocos não admitiam: os anarquistas não batizavam seus filhos e eram fundamentalmente anticlericais. Ao lado do cemitério "oficial", os anarquistas enterrou seus mortos no "cemitério dos renegados".

“Família, casamento, direito dos pais e filhos, tudo é encarado com seriedade, sem dogmatismos religiosos e prevenções de correntes de tradições educacionais. Aceita-se o que é natural, corrige-se o que não é”, afirmava Rossi sobre a questão da família.

La Cecilia: trabalho, ponto de união

“Cecilia” é o nome de um personagem de Rossi criado quando ele iniciava sua formação anarquista. No momento da instalação de sua experiência política e social, ele volta os olhos para seu personagem histórico e marca o que foi inicialmente a experiência de trezentas pessoas numa nova vida, acrescida por outro grupo que chegou quando a colônia já se debatia em sérias crises de organização.

As colônias estrangeiras influenciaram, no Sul do Brasil, a composição de áreas onde, por exemplo, está Blumenau, em Santa Catarina, surgida pela colonização do vale do Itajaí sob o comando do Dr. Hermann Bruno Blumenau, de quem Rossi se tornou amigo. Porém a experiência econômica, social e política de “La Cecilia” era, a partir das concepções de Rossi, basicamente diferente da experiência catariense. Hermann Blumenau era a favor da propriedade privada, embora não admitisse a existência de latifúndios, ao passo que Rossi era radicalmente contrário à propriedade privada.

“La Cecilia” desapareceu, Rossi é conhecido por meia dúzia de brasileiros e Blumenau é o nome de uma das mais importantes cidades do Sul do Brasil. A colônia italiana poderia, também, ter sido um exemplo para o desenvolvimento de núcleos imigratórios, quanto à possibilidade de uma vida diferente, porém, múltiplos interesses se empenharam para anulá-la.

Mas a “Cecilia” não se perdeu inteiramente. A partir da militância de seus homens, pela ação individual, e não pelo exemplo palpável de um núcleo firmado, ela influenciou, inclusive, a formação sindical no Paraná.

Os anarquistas italianos, ao contrário do que muitos pensam, não eram desordeiros, contestadores pela contestação, ou simplesmente homens que nada tinham a ver com seu trabalho, sustentando-se através de uma prática de vida parasitária. O dia de cada um começava como para qualquer outro imigrante das colônias vizinhas, polonesas, alemãs ou ucranianas. As famílias dedicavam-se à plantação de cereais - especialmente ao milho - cuidavam dos animais domésticos, do rebanho e dos vinhedos.

Relata Stadler de Souza, através dos depoimentos prestados

pelos descendentes destas famílias, que a solidariedade do grupo tornava o trabalho mais fácil e mais rentável, criando também uma atmosfera de expectativa e festa na colheita dos primeiros frutos. “Em 1891, 1892, 1893, o vinhedo particular dos Agottani era patrimônio comum do núcleo. Se a produção do milho representou o sustentáculo econômico, o vinhedo deu permanente satisfação aos anarquistas, mesmo depois de desintegrado o grupo. Ponto de referência para os que voltaram, muitas vezes saudados, fosse para rever seu primeiro trabalho no Brasil, fosse para restaurar ideais perdidos, ali se fazia a identificação com o passado”.

Giovanni Rossi, agrônomo sempre bem informado sobre as técnicas da agricultura, incentivava e pesquisava maneiras de tornar mais aproveitável as terras disponíveis. Jamais deixou de manter correspondência com filósofos, políticos e técnicos europeus em agricultura, durante o período em que esteve no Brasil. Em “La Cecilia”, no entanto, suas preocupações estavam mais voltadas para a experiência social e filosófica do anarquismo, como forma de vida ideal.

Arnaldo Artusi, bancário aposentado, filho de Aniceto Artusi, que foi companheiro de Rossi e integrado à Colônia com 18 ou 20 anos, diz: “Meu pai comentava a experiência da “Cecilia” com muito respeito pelo Dr. Rossi. Dizia que o sistema econômico era o cooperativismo e que se todos se ajudassem, cada município poderia se desenvolver sem depender unicamente da ajuda dos governos. Ele achava que no Brasil cada um devia fazer as coisas como bem quisesse e lamentava o término da “Cecilia” e do sistema sadio de cooperativa como era proposto pelo Dr. Rossi, afirmando sempre que cada pessoa deve aproveitar a liberdade”.

O ponto final

A derrocada de “La Cecilia” começa com a queda do império e a instauração da República. Sem título de propriedade da terra, a comuna inicia seu processo de deterioração, através da obrigatoriedade de pagamento das terras ocupadas. Pela primeira vez os anarquistas começaram a pensar no sistema em que estavam obrigatoriamente fechados.

Longas discussões se processaram no “Barracão do Povo”, local de encontro da Comunidade. Rossi procurou entendimento



O filme “La Cecilia” de Jean Comolli mostra desde os primeiros passos inseguros dos imigrantes nas terras do Paraná - contando quase que exclusivamente com suas mãos e precárias ferramentas para tentar tornar realidade o sonho de centenas de europeus dentro de uma nova ordem moral e econômica - até o momento em que a experiência se dissolve. O filme engloba dois aspectos essenciais da experiência de vida em grupo e sua inter-relação: o que é exclusivamente pessoal e o que pertence ao domínio do grupo. Nesse quadro estão Rossi e Olimpia - na realidade Adele - que, entre todos os companheiros é a mais chegada ao líder - trocando idéias e conhecimentos e sendo, ao correr do filme, a porta-voz de sua teorias sobre socialismo libertador e o amor livre. Auto-educação passa a ser desafio diário para todos com Olimpia no papel de motivadora e dinamizadora da nova ordem social.

com a Comissão de terras de Palmeira, mas a inquietude dos anarquistas não obteve resposta. Esta só chegou - como relata Stadler de Souza - em 1897, com o relatório do engenheiro Cândido Ferreira de Abreu, apresentado ao Secretário de Obras Públicas e Colonização autorizando a medição das terras. Porém, era tarde. Os anarquistas haviam abandonado “La Cecilia”. Mas este não foi o único acontecimento a provocar a derrocada da comuna. “Parece que uma das causas do fracasso foi o fator “moral” - opina Oscar Teixeira, secretário do Instituto Histórico de Palmeira. “Talvez a reação tenha partido dos próprios colonos. Dizem que lá tinha troca de mulheres. Mas eu penso que eles estavam muito adiantados não só no terreno material como também no moral”.

“A cisão ocorrida em La Cecilia está provado que não foi contra Rossi ou a forma de vida dos anarquistas. O crue que se abateu sobre o Paraná, na época, maltratou colônia e atingiu, inclusive, as filhas de Rossi e Adele”, explica Stadler de Souza. Por outro lado, Arnaldo Artusi dá outra visão do mesmo problema: “a experiência não deu certo porque cada um pensava de uma maneira. O Dr. Rossi era bem intencionado e inteligente, mas no meio de gente assim tem sempre os que se aproveitam da situação. Contava meu pai que apareceu no meio deles um cidadão que desviou o dinheiro da compra de sementes e ferramentas mas já não me lembro o nome dele”.

O nome do cidadão era Gariga, meio italiano, meio argentino, ocupando na colônia o papel de leva-e-traz entre a colônia e a cidade. Por ele chegavam as cartas, os jornais, as notícias e as com-

pras que eram encomendadas na cidade. Um dia, Gariga desapareceu com a colheita de milho e a crise econômica juntou-se às outras, para apressar o fim da experiência anarquista de “La Cecilia”.

O que restou

Durante a permanência na colônia, os anarquistas constantemente inquietos procuravam manter alguns laços com a sociedade de Curitiba e arredores, visitando amigos e procurando descobrir como se passavam as relações de trabalho no Brasil, ao mesmo tempo que a colônia era visitada por muitos que se interessavam pelo estranho modo de vida daquelas famílias.

A colônia deveria ser para os doutrinadores anarquistas, Rossi, Damiani, Parodi, Riva, um núcleo convergente onde as pessoas seriam recebidas sem distinção e a partir da relação concreta com a colônia, entender os ideais incorporando-se ao movimento político. Na realidade, a colônia, ao mesmo tempo que era um núcleo convergente era, em proporção maior, divergente. O que a colônia dava aos seus vizinhos e aos seus moradores de vida criativa, paradoxalmente animava-os para desdobramentos que não eram dirigidos para o desenvolvimento da própria fonte de estímulo e reflexão. Talvez porque os visitantes tinham a sua própria proposta de vida, embora se manifestassem insatisfeitos com ela, mas que a ela estavam agarrados pelo cordão da propriedade privada e seus detalhes. De outro lado, os intelectuais anarquistas alimentavam ideolo-

gicamente a experiência de vida dos colonos muitos ainda não convencidos inteiramente que aquela era a melhor doutrina e viam, na prática, que a teoria era difícil de ser aplicada. Existiam em cada um valores sedimentados e a remoção destes não dependia apenas de proselitismo.

Era preciso muito mais. Este mais, eles se propunham e tentavam realizar na prática exemplar de colônia. Porém, homens como Gariga motivavam dificuldades que não podiam ser apenas equacionadas com palavras e acenos de uma vida paradisíaca.

Contribuindo, também, para a somatória de dificuldades, o segundo grupo de imigrantes, chegado em 1891, questionara a ocupação de terras sem permissão legal. Muitos encontraram acolhida em casas de imigrantes italianos que já não estavam incorporados totalmente à “Cecilia”. E mais, a Rede Viação Paraná - Santa Catarina, dirigida por engenheiros italianos necessitava de mão-de-obra e lá os imigrantes italianos, anarquistas ou não, encontravam serviço.

Diante das imensas dificuldades por que passava a colônia, com a tristeza e o desânimo também comunitários, alguns preferiram alugar, outra vez, sua força de trabalho e abandonar o ideal de liberdade. Outro fator foi a efervescência política do ano de 1892. Os anarquistas se engajaram no conflito republicano, provocados por um fato inicialmente independente dos destinos da colônia, e que pode ser resumido na destruição que as tropas legalistas fizeram em “La Cecilia”, quando procuravam prender Sigwalt, líder da colônia francesa, que havia se refugiado lá, por um dia.

Stadler de Souza relata: “quando as tropas legalistas, no encalço de Sigwalt chegaram ao núcleo, já não o encontraram. Querendo por qualquer forma notícia do foragido, tiveram o silêncio dos anarquistas. Como represália, a soldadesca inutilizou o moinho de fuba, jogou nas águas do riacho das Pedras o milho encontrado, instrumentos de trabalho, sementes, mudas, etc. Tudo foi arrebatado, discretamente, jogando-se o material dilapidado nas águas de um tanque de Cimi, tendo este sido preso e encaminhado para a Lapa, onde durante quarenta dias ficou sob custódia, enquanto sua mulher e filha foram alojados em casa de amigos, em Palmeira”.

Diz ainda Stadler de Souza: “Revoltados, muitos anarquistas se engajaram nas tropas antigovernistas, causando um sangramento profundo para a debilitada experiência da La Cecilia. Tudo estava terminado. Só a desolação de casas fechadas, plantações abandonadas, gente partindo, buscando outras perspectivas no Brasil ou no estrangeiro”.

Rossi foi um dos últimos a sair. Sua experiência de cientista, aliada à política estava terminada. Daí para a frente, suas atividades de agrônomo em Taquari, no Rio Grande do Sul e em Rio dos Cedros, Santa Catarina, foram orientadas no sentido do seu aperfeiçoamento como filósofo e como mestre da agricultura. Em Taquari, foi professor na Escola Superior da Agronomia e, em Santa Catarina, diretor da Estação Agronômica de Rio dos Cedros.

Rossi, apesar de aparentemente estar ligado apenas aos interesses agronômicos, nunca abandonou seus ideais anarquistas e, individualmente, até o fim de sua vida (85 anos), na Itália, fez a política da liberdade da melhoria das condições de vida.

Mulheres levantam questão: causa justa, forma legal

“Eles dizem que o povo hoje está querendo uma escola em cada bairro, e isto é um absurdo, que o povo está ficando cada vez mais comodista”

Mais
uma
promessa?

“Na implantação da Reforma do Ensino, no Estado de São Paulo, foi necessário proceder-se à redistribuição da sua rede física. E para transformar antigas escolas de 4 anos, em modernos estabelecimentos de 8 anos, foi indispensável planejar, de forma racional, a utilização dos espaços disponíveis. Feito o planejamento, evidenciou-se a necessidade da imediata construção de um conjunto de escolas, principalmente nas áreas periféricas e centros urbanos. Com a realização desse plano, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo concretizará, finalmente um único modelo escolar de 1º grau: 35 alunos por classe e 4 horas diárias de aula para todos. Partindo da realização deste modelo e conseguindo a qualificação crescente de nosso ensino podemos, então, estar certos de que realizaremos as aspirações da comunidade paulista em matéria de Educação.

O plano compreende, de um lado a construção de 387 novos estabelecimentos, com 4.496 salas de aula, destinadas a atender a uma demanda de mais de 500.000 alunos, de outro lado, e em termos de ampliação, a construção de mais 683 salas de aula em 219 estabelecimentos.

Executado este plano, a demanda escolar, particularmente em centros urbanos, estará atendida, assim como absorvidos os excedentes encontrados no magistério ligado a Secretaria da Educação.

São Paulo, 24 de fevereiro de 1976
José Bonifácio Coutinho Nogueira

Secretário da Educação

(Introdução do Plano de Obras para 1976, da Secretaria da Educação do Governo do Estado de São Paulo - Projeto de Redistribuição da Rede Física a ser executado até o início do próximo ano letivo.)



Assim estão as escolas: as mães da periferia de São Paulo buscam uma solução para a educação de seus filhos.

Desde 1973, as mães da zona Sul da Capital de São Paulo se unem para reivindicar os direitos da comunidade. Essa união nasceu da necessidade de escolas para os filhos, e a maior demonstração de sua força foi constatada no dia 24 de abril passado, quando um grupo de aproximadamente 500 mães, dirigiu-se à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo a fim de fazer suas reivindicações. O deputado estadual Horácio Ortiz vê “esse movimento das donas de casa, lutando para a criação de novas escolas e melhoria dos transportes coletivos, como muito expressivo do limite da paciência da população”. Ele afirma que “os maridos não têm condições nem tempo para reunir, deliberar e protestar, pois seus dias são absorvidos na ginástica para a sobrevivência da família”. O presidente da Comissão de Educação na Assembléia Legislativa, deputado Néfi Tales, acha que todo esse esforço das mães foi positivo, “porque suscitou o problema. A causa é justa, e a forma é legal. Houve manifestações dos deputados do governo se prontificando em apressar soluções”.

Promessa e Realidade

Em 1972, o então secretário da Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo, Paulo Nathanael, afirmava à imprensa que “nenhuma criança ficará sem escola em 1973 e, pela primeira vez na história do ensino em São Paulo, a Prefeitura e o Estado vão somar esforços e tomar medidas para a matrícula unificada em escolas de primeiro grau”. Salientava que “não haverá escolas com excesso de vagas ou, por outro lado, com excesso de alunos”.

Em 1976, a realidade constatável é bem outra. Na periferia da Capital, especialmente nas zonas leste e sul, o estado das escolas existentes é precaríssimo. O deputado Horácio Ortiz afirma que “são barracões imundos e podres, construídos há vinte anos atrás, que ainda abrigam crianças sem água e sem sanitários”. Horácio Ortiz lembra que “o governador

Laudo Natel passou seus últimos seis meses apregoando pelo rádio e televisão que havia construído 10.000 salas de aula no seu governo. Infelizmente, esse movimento das mulheres demonstrou que nada foi feito na periferia de São Paulo, que precisaria 2 mil salas no mínimo para abrigar cerca de 70 mil crianças que até abril não tinham escola”.

A Secretaria da Educação através de uma nota da sua Assessoria de Imprensa, reconhece que a região sul estava “outrora relegada ao mais completo abandono” e informa que “até o próximo ano, com a aplicação do projeto de Redistribuição da Rede Física, nenhuma criança entre 7 e 14 anos ficará sem escola. Ao mesmo tempo, com o acionamento de um Plano de Manutenção Descentralizado, possibilitará a conservação da área física

“É uma ótima idéia a organização em grupos.

A Constituição permite reuniões para fins pacíficos.

O que não pode é cada um ficar incubando o problema sozinho ou eternamente”

permanente em boas condições e evitará que volte a atingir a situação de verdadeira calamidade em que se encontrava boa parte das escolas do Estado”.

Descontentamento

Como resultado imediato das reivindicações das mães, pouca coisa melhorou; conseguiram poços de água, um farol de trânsito perto de uma escola situada num local denominado “curva da morte”, o funcionamento de classes que estavam paradas e algumas classes de emergência, que segundo Horácio Ortiz são “baracões de folhas de madeirite usadas e telha de amianto” que constituem uma “solução tipo meia-sola, mas que pelo menos abriga as crianças. Apesar disso, continuam sendo necessárias as classes de emergência que funcionam em garagens, salas particulares, igrejas e antigos botequins. É uma vergonha para os paulistas”, afirma o deputado, “mas é um sub-produto do milagre brasileiro”.

As mães mostram-se descontentes com o pouco que conseguiram. Uma delas pergunta: “Por que não se constroem escolas decentes de uma vez? Por que não existem funcionários e serventes nas escolas da periferia?”

Segundo Néfi Tales, “por falta de verbas. O Governo não destina

uma porcentagem de verbas necessárias à Educação”.

A Secretaria da Educação, através do Dr. Geraldo Pinto Rodrigues, Assessor de Imprensa, informa que no mês passado houve concurso para a contratação de serventes e inspetores de alunos, sendo essas vagas, de modo geral, preenchidas por mulheres. Um inspetor de alunos ganha por mês Cr\$ 1.082,00 e para este salário irrisório exige-se a escolaridade de 1º grau completo (1ª à 8ª série). Um servente ganha menos.

Entre as reivindicações das mães estava a falta de meios de transporte para alunos e professores. O assessor de Imprensa da Secretaria de Educação diz que este problema não é da área da Educação e que a melhor solução seria “que as mães fossem fazer um movimento junto à CMTC. (Cia Municipal de Transportes Coletivos).

“Os grupos de pressão - afirma - existem no mundo todo e funciona”.

Questão de direito

Uma das mães afirma que as condições de funcionamento das escolas do Estado de São Paulo “são desumanas”. Além dos problemas de desconforto para quem consegue uma vaga, são diminuídas as horas de aula para poder atender uma quantidade maior de alunos.

“Meu filho, até outro dia, estava tendo só uma hora de aula por dia”. “Quando a gente reclama”, desabafa outra mãe, “dizem que no tempo deles, andavam quilômetros para encontrar uma escola. Eles dizem que o povo hoje está querendo uma escola em cada bairro, e que isto é um absurdo, que o povo está ficando cada vez mais comodista”.

“Nós já nem usamos mais o termo pedir: é uma questão de direito. O próprio Governo diz que os pais têm que levar os filhos à escola a partir dos sete anos. Será que as crianças da periferia não têm esse direito?” - interfere outra mãe.

Para Néfi Tales, o fato das mulheres se movimentarem para reclamar o que os filhos têm direito, “é que a mulher é mais sensível do que o homem para problemas como a falta de escolas”. Ele acha “uma ótima idéia a organização em grupos”. E continua: “A Constituição permite reuniões para fins pacíficos. O que não pode é cada um ficar incubando o problema sozinho ou eternamente. Todos têm o dever de propor soluções, principalmente para os problemas sociais. A acomodação nunca levou a nada. Além disso, a mulher é prudente, e tem a sensibilidade para, no momento certo, reivindicar inteligentemente os seus direitos, principalmente quando se fala de direitos de seus filhos”.

O deputado acha ainda que reclamando e mostrando os problemas, as soluções são mais rápidas, especialmente quando os problemas são apresentados por grupos de pessoas. “Quanto maior o número de pessoas em um grupo, é demonstrada uma intensidade maior do problema e uma coesão maior do grupo. Assim, um grupo de 20 pessoas tem mais força do que um de 3, um grupo de 500 tem muito mais força do que um de 20”, conclui.

Crianças no Mobral

Como uma das consequências da falta de escola, muitos pais, desesperados, imploram ao Mobral para que deixem seus filhos estudarem à noite. Uma das mães esclarece que a diretora da escola municipal de Jardim Angela só aceita matrículas de crianças que completam 7 anos até o dia 15 de fevereiro. “Se a criança já fez 8 anos ou mais, fica sem vaga e vai pro Mobral”.

“A criança, até 14 anos, tem que estudar, pela Constituição, em escolas comuns, não no Mobral”, explica o deputado Néfi Tales. E continua: “É irregular crianças estudarem no Mobral e à noite. O Mobral foi feito para alfabetizar pessoas com mais de 14 anos. Tanto o problema da fre-

quência de crianças no Mobral como o da diminuição das horas de aula, devem ser levados ao conhecimento do Delegado de Ensino. É uma situação legal, injusta e imoral”.

Além das mães, muitos pais foram à Assembléia Legislativa, perdendo o dia de serviço. A maioria ganha o salário mínimo. “faz muita hora extra e trabalha até no domingo”.

Muitas das mães trabalham em casas de família, fábricas, uma grande parte em companhias de limpeza sendo o trabalho executado à noite; costuram ou bordam para fábricas de confecções tendo que ir buscar e entregar o serviço; recortam borrachas para a fabricação de sandálias, lavam roupas para fora. Muitas mães cuidam dos filhos das vizinhas que vão trabalhar. “Tem crianças de 7 anos que tomam conta de crianças menores, às vezes doentes” - diz uma mãe. “As que não fazem assim, largam as crianças sozinhas. Cansamos de pedir creches”.

Esse abandono forçado de crianças, pelos pais de nível econômico muito baixo, aliado à falta de escolas e existência de estabelecimentos de ensino sem condições de funcionamento são fatores fundamentais que geram um dos maiores problemas sociais da região da Grande São Paulo o menor abandonado.

Pedagogia Paulo Freire inspira teatro infantil alemão.

Dois teatrólogos alemães estão no Brasil, em Curitiba, a convite da Fundação Teatro Guaira e do Instituto Goethe para transmitir a diretores e atores brasileiros a prática e a teoria desenvolvidas pelo Teatro Grips de Berlim Ocidental.

Volker Ludwig é o dramaturgo e iniciador da experiência e Wolfgang Kolneder, músico, pedagogo e diretor de cena. Ambos iniciaram suas experiências, atualmente consideradas indicadoras para a renovação do teatro infantil europeu, no “cabaré político”, onde grupos progressistas se reuniram para a discussão da vida política e social. Entre as muitas conclusões a que chegaram sobre a arte e a sociedade alemã, o grupo dirigiu-se a renovar o sentido e os objetivos do teatro infantil alemão, até então, um “teatro de conto de fada”.

Wolfgang Kolneder declara ao Brasil Mulher: “Nós trouxemos ao Brasil o texto “Locomoc e Millipilli” que estamos montando com os atores do Teatro Comédia do Paraná a pedido do Instituto Goethe. Esta experiência, para nós, pertence à primeira fase de nosso trabalho e que é essencialmente uma tomada de posição frente ao autoritarismo da fami-

lia e da sociedade de modo geral. Porém já ultrapassamos o que chamamos nossa fase lógica e partimos para mostrar às crianças que elas estão numa sociedade de classe, que seus pais tem sérios problemas econômicos, pois a Alemanha vive a sua primeira grande crise depois da Segunda Guerra Mundial. Para trabalhar com os atores brasileiros aconselhamos que eles lesem, em primeiro lugar um livro de um grande pedagogo, que por sinal é brasileiro, mas que eles desconheciam: estou me referindo a Paulo Freire em que nós nos baseamos para dar ao nosso teatro uma relação social e política buscando sair de uma função estética simplista para atingir realmente o que deve ser o teatro infantil, ou seja, ter função formativa”.

Os temas do “Grips” são também temas para o público adulto; estes temas não são abordados de uma forma insípida e teórica, porém com muito gosto e vitalidade de causa. Isso não raras vezes provoca reações de surpresa e até de negação por parte dos adultos.

Na peça, “Trummi Kaputt” se explica o relacionamento tenso por tradição entre pais e filhos mostrando

também a vida de uma mãe proletária que trabalha na fábrica de brinquedos (trummi é um brinquedo) diante das preocupações com a educação de seu filho. Esta foi a primeira peça em que o Grips mostra os problemas de uma mãe do povo.

A peça que trazem ao Brasil “Locomoc e Millipilli” foi premiada com o Bruder - Grimm-Preis (Prêmio Irmãos Grimm) de Berlim em 1969. O texto conta como “Locomoc”, maquinista de trem, o Millipilli, menina esperta, estão à procura das partes desaparecidas duma velha locomotiva. No decorrer da peça, entram em choque com as autoridades e convenções tentando desfazer preconceitos tradicionais e reconstruindo aos poucos a velha Maria Fumaça.

BM: O que você espera de sua experiência no Brasil, Kolneder?

Kolneder: Bom, pelo menos transmitir em parte, nosso método de trabalho.

Eles estarão no Encontro Nacional de Teatro Infantil apresentando o seminário “O teatro infantil emancipatório - a criança e seu meio”. O encontro será em Curitiba de 7 a 18 de julho.



“Ein Fest Bei Papadakis”
(uma Festa em casa de Papadakis)
mostra às crianças alemãs como é a vida dos que chegam à Alemanha com suas famílias em busca de trabalho

Leitores: apoiem e divulguem a Imprensa Democrática

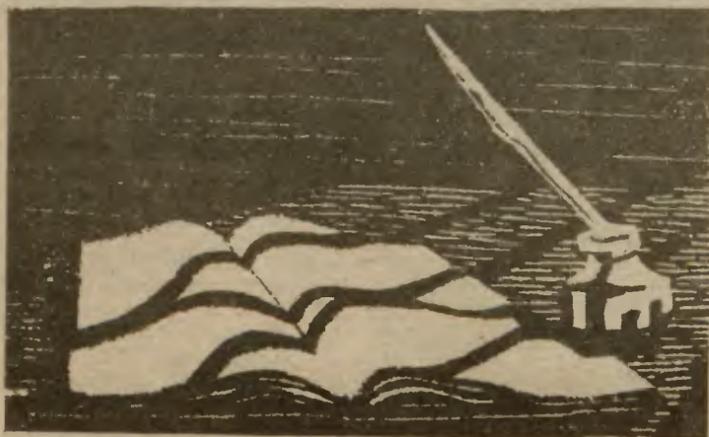
Um por todos - Todos por um?

... "porque a liberdade e a dignidade não são negociáveis"

(Sidney Hook)

ATO INSTITUCIONAL Nº 2

Art. 15 - No interesse de preservar e consolidar a Revolução; o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais.



BRASIL MULHER - Se em 1964 vigorava uma constituição com normas que garantiam a segurança do Estado, por que teria o governo recorrido a uma série de atos de exceção?

JOSE CARLOS DIAS - Em 1964 vigorava no Brasil uma constituição democrática, promulgada em 1946, depois da queda da ditadura de Vargas e fortemente influenciada pela crescente e triunfante democracia em todo o mundo após a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial. A constituição de 1946 perdurava em 1964 e tinha o instituto do estado de sítio que permitia a adoção de medidas extraordinárias de proteção à segurança do Estado em caso de convulsão interna e em outras hipóteses que faziam necessária a pronta e enérgica atuação do Estado. No entanto ela, em todo o seu contexto, era uma constituição rigorosamente democrática. Daí a razão porque, após o movimento de 1964, foram baixados atos institucionais que permitiram ao poder que triunfou a adoção de medidas extraordinárias, colocando os atos acima da Constituição e até a promulgação de uma nova Constituição em 1967 e, finalmente, a emenda constitucional nº 1 de 1969, na qual é ressaltado especificamente o poder dos atos institucionais como um poder que está acima da própria Constituição.

BM - Quais foram as consequências da aplicação de tais atos para os brasileiros e para os que passaram a representar oposição ao regime?

JCD - As consequências foram muitas: parlamentares tiveram seus mandatos cassados; em determinado momento foi dissolvido o Congresso; foram dissolvidos os partidos políticos; e, dentre as medidas aplicadas contra particulares se incluem a suspensão dos direitos políticos; possibilitou também a promulgação de decretos-leis, entre os quais o da Lei de Segurança Nacional, que alterou profundamente a orientação do Estado no tratamento dos chamados crimes políticos, inclusive, a adoção da pena de morte para casos excepcionais.

BM - Poderia definir que tipo de pessoas foram atingidas por tais medidas?

JCD - A partir de políticos, pessoas acusadas de ter malbaratado dinheiros públicos, os chamados criminosos políticos, e os que faziam uma oposição considerada contestatória ao regime e que assim foram afastadas do cenário político nacional.

BM - Que papel e importância assume a anistia no quadro atual do Brasil?

JCD - O Instituto da anistia que tradicionalmente vem sendo adotado no direito brasileiro, no curso de toda a história do Brasil, é o instituto que tem no seu cerne o objetivo da reconciliação em benefício da união nacional. O instituto da anistia se aplica, por sua natureza especificamente aos chamados crimes políticos, podendo ter uma amplitude um pouco maior. Objetiva beneficiar aqueles que foram atingidos por medidas de exceção ou aqueles que, em determinado instante, foram considerados rebeldes ao poder constituído ou poder imposto, dependendo do momento histórico, e que por isso foram punidos. A anistia hoje defendida por vários setores da opinião pública e que vem sendo objeto de debates dentro da Ordem dos Advogados do Brasil, especialmente na Seção de São Paulo que em breve divulgará um comunicado a respeito, não tem ultrajante sentido de perdão, mas tem um sentido de esquecimento. Não se impõe, também, o reconhecimento de que foi um ato justo praticado porque ela não precisa trazer no seu bojo um "mea-culpa" por parte do poder. Ela objetiva começar tudo de novo e isto é necessário em prol dos interesses nacionais. Ela, concedida, demonstrará, por parte do poder anistiantes, um profundo respeito aos direitos humanos. Portanto, no momento em que a Ordem dos Advogados do Brasil debate e aprova, como já está aprovada a sua manifestação em prol da adoção da anistia, o órgão está pleiteando a aplicação de um instituto jurídico que visa neste momento difícil em que vivemos, garantir a todos os brasileiros uma procura de paz e de concórdia. Porém, contra o pronunciamento de muitos conselheiros, que defendiam uma manifestação por parte da Ordem em favor da anistia ampla e irrestrita, a Seção de São Paulo decidiu manifestar-se favoravelmente à anistia com certas restrições. Dentro de alguns dias já estará redigida e aprovada a nota que representa o pensamento oficial dos advogados paulistas sobre a questão.

BM - Quantas pessoas seriam beneficiadas pela anistia se ela fosse decretada nesse momento?

JCD - Não posso dizer exatamente quantas pessoas foram atingidas por atos de exceção. Veja bem, a Lei de Segurança Nacional é uma lei que foi posta em vigor sem o amplo debate do Congresso Nacional. Assim, embora não sendo um ato institucional, hierarquicamente é inferior a um decreto-lei, ela é decorrente de um estado de fato e não de direito. É difícil, portanto, dizer o número de pessoas que seriam beneficiadas pela anistia, ou por terem sido punidas pela Lei de Segurança Nacional, ou atingidas pelos atos discricionários do governo. Também é difícil porque, se um dia o governo vier a aplicar a anistia, não se sabe que extensão dará a ela: incluirá todos os presos políticos ou se restringirá apenas a alguns? Incluirá os que tiveram seus direitos políticos suspensos, os cassados, os que tiveram seus bens confiscados? É difícil prever.

Trezentos e cinquenta e quatro pessoas perderam seus direitos políticos; 170 parlamentares tiveram seus mandatos políticos cassados de 1964 a 1976; milhares de presos políticos, de exilados, de pessoas aposentadas compulsoriamente, foi o resultado de mais de uma década de vigência de atos de exceção que atingiram indiscriminadamente homens e mulheres. Entre os atingidos encontram-se desde ex-presidentes da República, como Juscelino Kubitschek, entre outros, a parlamentares, militares, cientistas e intelectuais como Mario Shemberg, Darci Ribeiro, Vinicius de Moraes entre tantos, funcionários públicos, professores, estudantes, operários, lavradores. Estas pessoas, injustificadamente ou por divergirem de orientações econômicas, políticas, sociais e culturais determinadas pelo novo poder, foram aliadas de qualquer participação na vida nacional. Simultaneamente, associações e entidades de classe foram fechadas ou sofreram intervenção como o caso de muitos sindicatos e órgãos estudantis, foram abolidos direitos como o de greve, e estabelecidos a censura e o desrespeito aos direitos individuais. Essas medidas tiveram muitas razões. Como afirmam Paulo Pontes e Chico Buarque de Holanda no livro "Gota D'água": "o autoritarismo foi condição necessária à implantação de um modelo de organização social antipopular". Nesse quadro, assume importância essencial a conquista do direito à liberdade de opinião, de manifestação, de associação, de informar e ser informado. A anistia seria um passo à frente no reconhecimento desses direitos à medida que "apaga um fato punível, abole as perseguições e revoga as condenações". Desta forma, só se justificaria uma anistia ampla e irrestrita que atingisse a todos os punidos pelas medidas de exceção decorrentes dos atos institucionais, lei de segurança nacional e outros decretos-leis. A anistia, hoje, vem sendo discutida de forma polêmica inclusive pela Ordem dos Advogados do Brasil. **BRASIL MULHER** entrevistou o advogado José Carlos Dias, conselheiro da OAB - Seção de São Paulo onde se vem discutindo o assunto e foi aprovada uma manifestação de apoio a anistia com restrições.

ATO INSTITUCIONAL Nº 2

Art. 14 - Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por tempo certo

Parágrafo único - Ouvido o Conselho de Segurança Nacional, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos, removidos ou dispensados, ou ainda, com os vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, desde que demonstrem incompatibilidade com os objetivos da Revolução.

Art. 16 - A suspensão de direitos políticos, com base neste Ato e no art. 10 e seu parágrafo único do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, além do disposto no art. 337 do Código Eleitoral e no art. 6º da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, acarreta simultaneamente: **I** - a cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função; **II** - a suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais; **III** - a proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política; **IV** - a aplicação, quando necessária à preservação da ordem política e social, das seguintes medidas de segurança: **a)** liberdade vigiada; **b)** proibição de frequentar determinados lugares; **c)** domicílio determinado.

Paula Sanchez:

“Do Brasil recebemos esmalte para trabalhar as nossas cerâmicas vitrificadas porque aqui no Paraguai não tem. Mas só temos, quando algum amigo nos manda. Eu não uso esmalte nas minhas cerâmicas, mas meu irmão Catalino Sanchez e meu sobrinho Juan Antonio usam nos pratos, nas xícaras e nos vasos que fazem aqui no CEPROCA. Somos mais ou menos 200 artesãos em Areguá, porém aqui no Centro só trabalham nós três. Queremos ensinar para os outros o que nós já sabemos (porque descobrimos) para dar uma melhora no trabalho de todo mundo. Em julho faremos uma exposição com trabalhos de todos.” Paula Sanchez fala ao Brasil Mulher em Areguá, Paraguai.

Os brasileiros cada vez mais frequentam o Paraguai em busca de oportunidades de compra, mais barata, ou de venda aproveitando o fluxo trazido com os acordos bilaterais para a construção da hidrelétrica de Itaipu, sugestivamente o mesmo nome de uma batalha da chamada “Guerra do Paraguai, em que se envolveram Brasil, Argentina Uruguai - Triplíce Alianza - contra o mesmo Paraguai de Paula Sanchez.



“Yo soy costunbrista. Conto a história das mulheres de meu povo porque tudo está sumindo. O Paraguai está mudando com tanta gente que vai e que vem. É bom e é mau”

Daniel Martino

Criaturas de Barro

Aqui fala a Rádio Primeiro de Março. São 5 e 45 minutos, ouvinte amigo. Escute conosco as mais lindas canções paraguaias nesse dia que amanhece claro e com agradável temperatura; ouvinte amigo, este é mais um dia na formosa pátria paraguaiá...

Numa suave elevação, às margens do lago de Ipacaray, Areguá é um “pueblo” que se levanta cedo começando as tarefas do dia de um modo que ao homem da grande cidade parece preguiçoso. Sua população é de cerca de 3.000 habitantes. Alguns se ocupam da pequena agricultura; outros, do artesanato, da cerâmica, cestaria, ou da manufatura de doces caseiros, aproveitando a citricultura local.

A Igreja matriz está no ponto mais alto e estratégico do “pueblo” - à sua entrada - tendo ao lado a casa da tropa, onde os meninos que servem ao exército nacional guardam com rigor - aos olhos dos turistas - a segurança da pátria de “mi general”. Mas eles também são parte da paisagem e quando ninguém os olha... pacientemente reparam nas águas do Ipacaray, não tão perto nem tão longe.

A vegetação de Areguá está disciplinada e pelas ruas e jardins crescem “bicos de papagaio”, palmeira, coqueiro; flamboyant e toda uma série de plantas tropicais (comuns também no Brasil), compondo uma atmosfera de cenário. Mas aqui, o branco lancinante que domina a urbanização nos países ibéricos, ou de colonização, é pouco. Está descascado ou foi substituído por um rosa forte. Nos avarandados coloniais, os de Areguá ainda fazem a “siesta”, tocam guitar-

ra, ou simplesmente ficam conversando ao sol fraco do inverno.

As ruas de Areguá partem da igreja, vão descendo, se esparramando em várias direções, aproveitando o espaço, e por elas, devagar, passam homens a cavalo, crianças correndo, alguns carros de turistas. Não há pressa e se houvesse, seria inútil: o calçamento semelhante ao pé de moleque brasileiro, aqui e lá está levantado e esburacado pelos anos. Por elas também passam as “burreritas”, mas só de vez em quando. Lá se vão com seus burros carregados com verduras, frutas, cantando seus pregões, com os filhos brincando e acompanhando.

Paula Sanchez, a ceramista de Areguá, trabalha em casa e no CEPROCA (Centro de Producción Cerámica de Areguá), com Catalino, seu irmão, e Juan Antonio, seu sobrinho.

“Antes de fazer cerâmica fazia desenhos em papel. Qualquer papel me servia. Quando eu via passar as mulheres com as cestas de verduras, de frutas, com os filhos nas costas, eu botava tudo dentro da minha cabeça e saía correndo para desenhar. Fiz até o terceiro ano primário, casei com 19 anos e ninguém me ensinou a fazer cerâmica”.

Paula é uma mulher miúda, morena, que fala com mais clareza o guaraní que o espanhol, tem filhos a quem chama de criaturas de 7 anos, 4 anos, 3 anos, 2 anos. Seu marido é pianista não tem emprego fixo, mas quando trabalha ganha sempre mais do que ela. A mulher trabalha constantemente. De tarde e pela manhã, trabalha um pouquinho com suas bolas de barro que chegam de 5 quilô-

metros de distância, de um lugar que se recusou a revelar.

Apenas com uma faquinha rudimentar e a agilidade dos dedos, Paula faz aparecer mulheres paraguaias sempre numa atitude de trabalho, com cerca de 20 centímetros de altura, e que levam cerca de 5 dias para serem terminadas. Por mês, Paula Sanchez faz de quatro a cinco peças que são vendidas a 1.000 guaranis (Cr\$ 100,00) cada uma. Paula não sorri e está sempre com a expressão magoada, porém não hesita em afirmar que seu sonho é fazer uma grande exposição... “mas para isso eu teria que trabalhar durante todo o ano, então...”

BM - Por que você cria apenas figuras de mulheres?

PS - Crio porque às mulheres conheço muito bem. Gosto muito de mostrar as mulheres trabalhando. Quando eu as faço trabalhando, estou mostrando como a mulher paraguaiá vive.

BM - Os olhos de suas mulheres estão sempre olhando alguma coisa muito longe...

PS - Elas estão sempre pensando no trabalho que vão fazer. É por isso, também que elas tem sempre a cara fatigada.

BM - Não poderia fazer, também, mulheres repousando um pouco?

PS - Não faço porque os turistas não gostam. Eles gostam de figuras fatigadas, que não têm sapato; que usam trapos. Eu gostaria de fazer até umas moças solteiras alegres, mas assim eu não ganho dinheiro e você sabe que eu tenho as criaturas e nem sempre meu marido ganha. Ele só pensa no piano dele e eu só penso na minha cerâmica.

BM - Você sabe porque os turistas gostam de figuras com trapos, sem sapatos e fatigadas?

PS - Quem chega até Areguá é gente que quer saber das coisas. E esses gostam de levar a realidade paraguaiá.

BM - Então você faz mais para agradar o turista do que o que gosta de fazer?

PS - Não! “Yo soy ceramista de costunbre! Yo soy costunbrista!” Gosto de fazer as “burreritas”. Elas estão desaparecendo. Gosto de fazer para contar a nossa história porque daqui a pouco ninguém mais vai saber como era o Paraguai. Tem muita gente de fora. Todo o dia tem gente que vai e vem. Antes nós éramos muitas mulheres que faziam cerâmica, mas agora elas estão indo embora, porque querem vender as peças por 4 ou 5 mil guaranis (Cr\$ 400,00 ou Cr\$ 500,00) e os turistas não compram.

Paula Sanchez fica calada, olhando, ela mesma, o tempo. Em seguida, despede-se: “Adios, preciso ir embora. Tenho que lavar e passar as roupas das criaturas”.

Mas antes de nos despedirmos ela volta a falar:

“Eu gostaria de fazer mulheres solteiras e alegres, mas assim eu não ganho dinheiro para as criaturas”. Eu também não faço muitas “burreritas” porque não é fácil de vender. Elas dão trabalho, são maiores que as mulheres fazendo trabalhos, como estas aqui (mostra algumas peças de mulheres socando pilão, dando comida aos filhos, e outras) que são de tamanho pequeno e mais fáceis de transportar. Se você encomendar uma “burrerita” eu faço com muito gosto”.



BRASIL CORREIO

BRASIL/ CORREIO é uma seção de debates dentro do B.M. As mais diversas opiniões recebidas, através de cartas, serão transcritas para a apreciação de nossos leitores e leitoras. As respostas de apoio ou crítica deverão ser encaminhadas para Caixa Postal 1411 - Cod. Postal 86100 - Londrina - Pr. - Essa colaboração é de grande importância para o jornal como forma de avaliação de nosso trabalho e fonte de indicação dos objetivos prioritários na tarefa de conscientizar e promover a participação da mulher.

Linda, correspondente do BM na França, nos escreveu comentando o jornal número 2. Sobre a matéria "Anistia não é perdão" Linda acha que a diferença demonstrada pelo advogado Idival Pivetta, entre anistia (esquecimento) e indulto (perdão), não ficou bem esclarecida e acrescenta: "Em primeiro lugar, anistia é uma palavra do Grego - anéstia - significando originalmente perdão. O indulto certamente veio do Latim e quer dizer graça. Todavia, a verdadeira diferença extrapola as emanações verbais ou etimológicas. Ela reveste essencialmente um sentido jurídico e político. Daí o meu segundo argumento: Anistia - ato do poder legislativo que apaga um fato punível, abole as perseguições, revoga as condenações. Indulto - graça concedida pelo chefe de Estado que suprime a execução da pena, mas deixa subsistir os efeitos da condenação. A anistia anula a punição e o fato causal. O jornal "Le Monde" publicou, na edição de 26 de novembro de 1975, artigo estabelecendo a distinção. Segundo o cotidiano francês, "a anistia é promulgada por uma lei especial porque ela apaga totalmente os antecedentes penais; o indulto não anula o delito, mas somente o cumprimento da pena imposta, isto é, os antecedentes penais persistem". A aplicação varia segundo a legislação de cada país. Na Espanha, por exemplo, anistia e indulto são privilégios do chefe de Estado, enquanto nos regimes democratas liberais, em princípio, a anistia emana do poder legislativo e o indulto do chefe de Estado. Não obstante, o sentido é o mesmo em todo o lugar: anistia (ato que apaga a pena e os antecedentes penais) e indulto (graça que suprime a pena, mas não os antecedentes penais). A primeira é uma reabilitação total, o segundo apenas absolve".

Cartas à redação

O Brasil Mulher recebeu telegramas dos senadores Orestes Quércia, Nelson Carneiro e Teotônio Vilela e dos deputados Ulysses Guimarães e Freitas Nobre acusando o recebimento do B.M número dois.

"Dá prá receber o jornal? Li o primeiro número. Tentei conseguir o novo e não deu pé. Aguardo instruções".

Fernando Peixoto - Rio

Cartas

O BM se reserva o direito de resumir e selecionar as cartas enviadas para a redação, e também não fornece endereços de leitores.

Nossos jornais

Liberdade de imprensa

"Unidade" órgão informativo do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, em seu número de junho, publicou alguns pronunciamentos feitos por personalidades brasileiras contra o veto da Censura à maioria dos textos da edição especial do "Movimento" sobre a mulher brasileira.

Os originais das matérias da edição censurada foram encaminhados pelo "Movimento" a várias personalidades e o resultado destas consultas foi divulgado por "Unidade". A atriz Tônia Carrero fez o seguinte pronunciamento: "Considero absurdo e contra o progresso natural da mulher impedir seu trabalho fora de casa, na esperança da continuação do regime patriarcal repressor, obrigando-a à servidão doméstica e absoluta a um só senhor. Assim como, e mais ainda, considero absurdo e contra o progresso natural do país impedir-se as informações a esse respeito em publicações da nossa terra.

Como resolver o problema que mais nos aflige sem o conhecimento, a pesquisa, os fatos e a difusão destes?"

O Sindicato dos Jornalistas de São Paulo enviou um ofício ao ministro da Justiça, lamentando a decisão e estranhando que a censura tenha vetado até estatísticas do IBGE e da Secretaria do Planejamento da Presidência. Também na Bahia, jornalistas, deputados, intelectuais e sacerdotes expressa-

ram seu protesto através de telegrama ao ministro.

Uma Comissão de Liberdade de Imprensa já foi constituída no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e uma das próximas metas será a realização de um encontro estadual de jornalistas contra a censura.

Lampião e a censura

Porto Alegre tem mais um jornal - "Lampião" - que em seu primeiro número também critica a censura imposta ao "Movimento", em sua edição especial, sobre o trabalho da mulher no Brasil.

"Lampião" estranha que tenham sido vetadas informações sobre um estudo da ONU relativo a mão de obra feminina em todo o mundo; uma análise da indústria cultural voltada a mulher (fotografia, televisão); um quadro da situação das creches para filhos de mulheres que trabalham, obrigatórias por lei para empresas com mais de 30 empregadas; um estudo sobre a legislação que regulamenta o trabalho da mulher no país; depoimentos e entrevistas de juizas, professoras, lavadeiras, empregadas domésticas, operárias, lavradoras, jornalistas, pescadoras, secretárias, etc.; uma listagem de 35 livros sobre o tema, preparado pela Fundação Carlos Chagas de São Paulo.

Jornalistas esquecidos

"Documento Zero" é um jornal para jornalistas, que

se propõe a abordar os problemas da categoria, no Paraná. O número um de "Documento Zero" foi lançado no início de junho, durante a realização do XVI Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais em Curitiba.

A redação está funcionando na rua Prudente de Moraes, 971, Curitiba, Paraná. Em seu primeiro número "Documento Zero" analisa a situação dos jornalistas e em especial a dos profissionais do interior do Estado e chega a seguinte conclusão: "Os jornalistas do interior do Paraná vivem quase que só do entusiasmo. Sem registros nas empresas, trabalhando nunca menos de 10 horas diárias e com salários as vezes inferiores ao mínimo não profissional, eles estão completamente marginalizados. Foram esquecidos até pelo Sindicato".

Jornal dos jornais

O jornalista Alberto Dinnes refere-se, em sua edição do "Jornal dos Jornais" - 27 de 6, ao Brasil Mulher. Nós da equipe Brasil Mulher agradecemos a A. Dinnes e temos a dizer que o "Jornal dos Jornais" está cumprindo a importante tarefa de, pela "grande imprensa", discutir as circunstâncias, não só da profissão, como os rumos que esta toma, seja em suas decisões políticas, econômicas ou técnicas.

As jornalistas do Brasil Mulher e suas colaboradoras vêem seu trabalho de crítica como uma contribuição aos esclarecimentos de que necessitamos, enquanto nos defrontamos, aos domingos, com a síntese dos acontecimen-

tos. Não apenas do que é imediatamente reflexivo para a sociedade que lê jornal, como também com o que permaneceria fechado nos bastidores das redações, implicando em equívocos de julgamento por parte dos homens e mulheres jornalistas, nem sempre bem informados sobre o que está acontecendo nos jornais e para os jornais.

Jornal dos Jornais, Alberto Dinnes, está agindo como catalizador e só esperamos que produza, em profundidade, motivações para que continuem surgindo mais e mais jornais e jornalistas democratas.

Célia lança Maraberto

"Não somos contra o progresso, mas não queremos perder de vista as características originais da cidade, sua história e seus valores". Afirma a publicação Maraberto de Ubatuba, que saiu com o número 1, maio último. O responsável pela direção é José Rodrigues e a editora geral é Célia Maria Romano.

O trabalho de Maraberto é a primeira tentativa, após sete anos sem imprensa local, de dar à cidade um veículo para a comunicação de seus problemas, causar uma relação entre as pessoas.

"Sem grandes pretensões nos propomos a fazer um jornal honesto. Neste primeiro número, afirmo o editorial, procuramos mostrar um pouco de tudo aquilo que pensamos fazer daqui para frente (...) Queremos conhecer melhor Ubatuba e mostrá-la à você".

Como assinar Brasil Mulher

Para assinar BRASIL MULHER basta enviar seu nome e endereço, acompanhado de vale postal a favor da Sociedade Brasil Mulher no valor de 60,00 para assinatura anual ou de 30,00 para assinatura semestral, endereçado para SOCIEDADE BRASIL MULHER AV. INGLATERRA 655 - JERUMENHA - CÓDIGO POSTAL 86.100 LONDRINA PARANÁ. EXTERIOR - VIA AÉREA - ANUAL US\$ 10,00 SEMESTRAL US\$ 5,00

Assine

Brasil Mulher

NOME
ENDEREÇO
PROFISSÃO

Observações que o leitor julgue interessante para o desenvolvimento da difusão do Brasil Mulher em sua área

